

ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-7-2021.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 135/20 (Processo nº 0331/20), de autoria de Alvoní Medina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Idenir Cecchim e Moisés Barboza. Na oportunidade, por solicitação de Airto Ferronato, Jonas Reis, Fernanda Barth e Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Telmo Lopes de Albuquerque, a Vanir Teresinha Turra de Albuquerque, a Virgínia Leães Nascimento, a Deroci de Almeida Costa e a Lúcio Ubirajara de Freitas Munhós. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Reginete Bispo, Pedro Ruas, Bruna Rodrigues, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Claudio Janta, Alexandre Bobadra, Jonas Reis, Leonel Radde, Mari Pimentel. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Mônica Leal, Alexandre Bobadra, Giovane Byl e Comandante Nádia. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciou-se Mônica Leal, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “f”, do Regimento. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21, discutido por Comandante Nádia, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli, Felipe Camozzato e Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudia Araújo. Durante a sessão, foram registradas as presenças de João Carlos Nedel, ex-vereador e Luciano Battistello, vereador de Esteio - RS. Às dezessete horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, estamos iniciando mais uma sessão nesta quinta-feira, a última do primeiro semestre do ano antes do dito recesso de julho, portanto cabe aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, fazer uma pequena manifestação nesses cinco minutos sobre o que foi, ou o que representa para nós, cidadãos e cidadãs, neste momento, o governo Sebastião Melo, qual a marca do prefeito atual, Sebastião Melo. O que diria a população de Porto Alegre sobre os primeiros seis meses do governo Sebastião Melo? Nós, aqui na Câmara, mais precisamente da oposição, temos a certeza absoluta de que a marca do governo Sebastião Melo não é somente a retirada de direitos do servidor público, mas o negacionismo, é o negacionismo! Ao incorporar a política do Bolsonaro, o prefeito Sebastião Melo esteve em dois atos em Porto Alegre com o atual Presidente da República, sem máscara. Nós aprovamos aqui na Câmara, por exemplo, a compra da vacina. Não houve nenhum consórcio de compra de vacinas, mas, naquele momento, era a fala que dirigia o atual governo no sentido de imunizar mais pessoas para abrir o comércio o quanto antes. Chegou a dizer na sua manifestação pública, o prefeito atual, que era preciso dar a vida para salvar a economia; é o inverso: é preciso haver segurança com a imunização da maioria da população para voltar a funcionar a economia com segurança para, enfim, terminar ou reduzir a quebradeira que ocorreu. Qual foi o programa que o governo municipal implementou, como microcrédito, para recuperar a economia? Qual foi o auxílio para as famílias menos aquinhoadas que dependem do bolsa Família para não passarem fome? Essa é a grade verdade: muitas pessoas ainda continuam passando fome porque perderam o emprego e, mais do que isso, tiveram dificuldade de adquirir o sustento de sua família como também ter acesso aos serviços públicos. Em função da pandemia, as pessoas se recolheram, se isolaram, muitas inclusive foram para o litoral. E nós percebemos que, aqui em Porto Alegre, o governo municipal precarizou esses serviços públicos oferecidos, como, por exemplo, decretou o fim do IMESF, demitiu 550 servidores da saúde, e, até hoje, não encontrou uma saída, embora já haja decisão do Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade do IMESF, e não da sua inconstitucionalidade. Logo, logo, o governo municipal vai ter que readmitir esses servidores demitidos porque o IMESF não foi declarado extinto

ainda, mas tanto o governo Marchezan como o governo atual apoiaram a ampliação da terceirização da Atenção Básica e ficou nisso: nada de novo, a não ser uma vacinação que vem conforme determinação do governo federal, com um número “x” de vacinas. Ainda não temos sequer 50% de imunização dos cidadãos em Porto Alegre. E olhem só o que aconteceu: o governo municipal manda para a Casa a reforma da previdência, além de aprovar a reforma com uma base consolidada, ampla, questionável, porque lá, nos 45 minutos do segundo tempo, conseguiu o 24º voto num acordo com entidades que representam apenas 2 mil servidores, e nós temos mais 40 mil servidores públicos. E disse o nobre prefeito que, através do diálogo, ele conseguiu imprimir esse acordo com as entidades para implementar as mudanças. Então, o servidor público, além de ser onerado, não recebeu nenhuma sinalização, por exemplo, da recuperação das perdas dos últimos cinco anos. Então, nesse sentido não dá para dizer que o governo Sebastião Melo tem uma marca positiva para a cidade ainda, infelizmente, ele não se preocupou com o combate à pandemia no seu dia a dia, porque ainda não temos a imunização de todos os cidadãos e cidadãs, que nem mesmo chegou a 50%. Quando chegaremos isso? O cronograma do governo federal poderá ir além do final do ano, e, até lá, não temos segurança, por isso, nós mesmo temos que ter precauções aqui no plenário, ao sair do plenário, ao andar pela cidade, enquanto alguns serviços não têm controle e fiscalização nenhuma, como, por exemplo, o transporte público, em eventos da cidade. Olhem o que acontece em todos os finais de semana, Ver.^a Bruna, Ver.^a Reginete, Ver.^a Daiana, é lamentável a falta de fiscalização! Inclusive há uma notícia da “rádio corredor” que, neste último fim de semana, em que o Presidente esteve aí, para não multar ninguém, houve uma certa... Eu até não vou dizer aqui o nome que eu fiquei sabendo... E é lamentável que os controles de vigilância das câmaras de Porto Alegre não funcionem num ato como este, para não multar os cidadãos ou aqueles que deveriam ser o exemplo, como usar a máscara, o álcool em gel, a política do distanciamento, não o fizeram. Muitos políticos dão o péssimo exemplo, não o bom exemplo; neste sentido, nos revolta porque nós sabemos que a contaminação vem a partir do descaso, da falta de fiscalização, das precauções que deveriam ser exigidas, conforme preconiza a comunidade científica e Organização Mundial da Saúde. Portanto, registramos aqui a falta de diálogo. O governo diz que tem diálogo, mas ele não se concretiza na vida real, porque, na medida em que ele abre o diálogo, ele não aceita sugestão das pessoas que se opõem ao seu governo - esta que é a grande verdade. Tem que aceitar o contraditório, mas também sugestões que vêm do conjunto da sociedade. É como você defender, lá no Orçamento Participativo, uma demanda, e aquela demanda ser reconhecida pela sociedade porque ela precisa da escola, da creche, do posto de saúde, da iluminação pública, da segurança, da educação. Então, neste sentido, eu faço aqui a manifestação em nome da nossa bancada, bancada do Partido dos Trabalhadores, que, infelizmente, prevaleceu a falta de diálogo, o negacionismo e, mais do que isso, a precarização do serviço público, quando ele coloca, como pauta principal, a terceirização e a privatização de alguns serviços. Neste sentido, o nosso registro de que, lamentavelmente, isso aconteceu. Esperamos que o segundo semestre seja com uma maior abertura do diálogo, com compreensão e aceitação das ideias da oposição, como

aqui no plenário, na Câmara de Vereadores, aceitação de projetos de todos os vereadores. Afinal de contas, os vereadores foram eleitos para, não só serem fiscais do serviço público, mas proporem lei, ações que aumentem a satisfação do povo porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dos pais do amigo e sempre deputado Beto Albuquerque, Sr. Telmo Lopes de Albuquerque e Dona Vanir Teresinha Turra de Albuquerque, por Covid-19. Obrigado

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Virgínia Nascimento de Leões, ex-diretora de Recursos Humanos da SMED, uma professora sindicalista, que faleceu ontem. Foi uma servidora pública exemplar deste Município, que sempre colaborou na construção da Escola Cidadã, da educação pública como um todo, foi diretora de escola, enfim, deixa um legado, deixa boas lembranças em toda rede municipal de educação. Estamos muito tristes com essa partida muito dolorosa.

Vereadora Fernanda Barth (PRTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dos bombeiros, Primeiro-Tenente Deroci de Almeida da Costa e o Segundo-Sargento Lúcio Ubirajara de Freitas Munhós, se encontram desaparecidos ao combater o incêndio ocorrido no prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Acho que eles merecem um minuto de silêncio, são heróis

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelos falecimentos já mencionados, e quero me somar ao Ver. Ferronato, por ser amigo pessoal, fui colega de secretariado, do ex-deputado Beto Albuquerque, cujas perdas foram muito grandes - ele já vinha num sofrimento muito grande há alguns anos com a perda do filho. A gente sabe o quanto dói e como não passa essa dor. Somo-me às demais homenagens, mas particularmente a que o Ver. Ferronato sugere. Obrigado, Presidente!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, em primeiro lugar cumprimento Vossa Excelência pelo brilhantismo na condução da sessão de ontem, sessão longa, difícil e tensa, na qual Vossa Excelência mostrou todo seu talento. Cumprimento aqui, nesta última sessão do semestre, meus colegas da oposição, da situação - e, da situação, dirijo-me a pessoa do líder, Ver. Idenir Cecchim, um hábil negociador, tem mostrado ética e muito trabalho neste período. É um final de semestre, quando nós temos que fazer, necessariamente, algo que é da nossa função, a fiscalização e a análise. E eu, na questão do governo municipal, tem uma análise que tem semelhança com a que foi feita brilhantemente pelo Ver. Oliboni, mas com final diferente. Eu explico: do meu ponto de vista, nesse primeiro semestre, nós tivemos uma marca brutal, que foi o aparecimento, em nível municipal, do bolsonarismo federal! O governo tem - isso é assumido desde a campanha, não é uma novidade, nem uma contradição – uma marca brutal, que falei, do governo Bolsonaro, que é a marca da negação das evidências, é a marca que a pandemia não é tão grave assim, que tem que abrir tudo - hoje a imprensa está mostrando seu plano de abertura em todas as áreas. Aliás, é até uma injustiça com o Ver. Mauro Pinheiro que levantou essa questão bem antes, enfim, com projeto e tudo, mas, na nossa contestação à linha do governo Melo, eu coloco que esta Casa não teve - repito isso muitas vezes e nesse último dia não poderia deixar de ser assim também - nenhum projeto do governo Melo, nenhum, no combate à pandemia. E eu dei exemplos que poderíamos ter: deveríamos ter um auxílio emergencial municipal, por menor que fosse, era importante que tivéssemos, teríamos que ter por um período de três meses, pelo menos, como o governo do Estado fez, com menos recursos que o Município, teria condições de fazer, sim. Nós teríamos que ter uma distribuição maior de cestas básicas. Hoje o Município distribui 10 mil cestas básicas ao mês, num trabalho muito bom da FASC, presidida pela Cátia Lara Martins, uma pessoa muito competente, mas isso aí tem que ser, no mínimo, o triplo, em termos de Município, no mínimo o triplo. Nós temos mais ou menos 60 mil pessoas, considerando famílias inteiras, mas 60 mil pessoas, aproximadamente, em Porto Alegre em situação de precariedade alimentar, algumas passando fome, literalmente; outras com condição alimentar muito ruim, sem qualidade. Então, nós temos 60 mil pessoas e distribuimos 10 mil cestas básicas, através da FASC, isso teria que ter uma mudança. A distribuição de álcool gel, distribuição de produtos de higiene, e o trabalho do saneamento - várias áreas da periferia de Porto Alegre com saneamento cloacal e pluvial está a céu aberto, o que é um absurdo, inclusive inaceitável. Então, em época de pandemia isso é uma loucura. É significativo, é emblemático que o prefeito Sebastião Melo tenha recebido, com pompa e circunstância, o Presidente da República, dizendo que só não participou da motociata porque não sabe dirigir motocicleta. Mas conversou com o Presidente sem máscara e exigiu que não fosse feita fiscalização, porque o Presidente não foi multado, nem ninguém que o seguia. E a própria conversa do prefeito e seus assessores com o Presidente - todos foram sem máscara, num péssimo exemplo, já que se sabia que era também um encontro bastante divulgado, com fotos, pela mídia em geral. Então fica aqui essa nossa constatação de que esse primeiro semestre foi um semestre em que Porto Alegre combateu o combate à pandemia, acusando quem queria

o isolamento de querer o atraso da cidade; acusando as pessoas que queriam o uso de máscara de serem exageradas; acusando as pessoas que achavam que esse modelo era ruim para a cidade de serem contra o progresso; portanto, foi um governo, sim, que aumentou a pandemia em Porto Alegre. O que eu vejo diferente do Ver. Oliboni é a parte final do seu pronunciamento - eu não vejo, eu não tenho a esperança e o otimismo que ele tem no segundo semestre, acho que não. Eu vi as declarações do prefeito, recentes. Ele se sente muito entusiasmado com o que está fazendo, se sente um vitorioso na sua linha bolsonarista; portanto, não vejo por que vá mudar, acho até que, em boa parte, vai piorar. Eu concluo por aqui saudando as colegas e os colegas, dizendo que foi um prazer conviver com vereadoras e vereadores tão capazes, tanto da oposição, quanto da situação. Muito obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, primeiro quero agradecer pelas palavras gentis do Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, e digo aqui que faço apenas um trabalho com muita seriedade, como sempre foi. Vossa Excelência também é assim. Temos divergências de opiniões, mas temos respeito pelo cargo de vereador, mas principalmente um respeito humano, como Vossa Excelência disse agora, cumprimentando os vereadores de oposição e de situação. Nós estamos aí para, realmente, fazer um trabalho com seriedade. Eu ouvi atentamente o Ver. Oliboni. Eu fico preocupado, às vezes, nestes últimos dois anos ele não conseguiu representar Jesus Cristo na celebração do Morro da Cruz. Eu acho que esta falta de representar Jesus Cristo o deixou vesgo, o Ver. Oliboni só enxerga com o olho esquerdo. Ele reclama do prefeito Melo, porque não comprou vacina, mas, Ver. Oliboni, o governador da Bahia, comprou alguma vacina? Eu estou preocupado, agora, que o senhor esteja junto com esse pessoal do reverendo que queria vender vacina para os municípios e está dando esse bolo lá na CPI – isso é a picaretagem aquela, não tem vacinas para os municípios. Como o senhor quer fazer? O senhor quer alimentar esses picaretas? É isso que o senhor quer? Eu fico muito preocupado, pois um vereador sério, como senhor, lá de Sananduva, um italiano de raiz pensar assim. Eu acho que tem que ter muita seriedade quando se fala dessas coisas, não pode sair dizendo que não comprou vacina, porque não tem onde comprar, a não ser que faça contrato com esses picaretas que aparecem, que não tem vacina coisa nenhuma. Convidam para um jantar para vender vacina e, na realidade, eles querem vender a seringa, ou querem vender a agulha, ou não querem vender uma coisa e nem outra e querem a alma de quem se vende, ou de quem vende a sua própria alma. Então, essa desculpa da vacina é velha, Ver. Oliboni, muito velha! Esse tal de bolsonarismo que vocês querem colar no prefeito Sebastião Melo, essa é outra desculpa que não se mantém, é falta de assunto, é muita falta de assunto. Eu vi a diferença de vossas excelências ao fazerem as mesmas críticas; Vossa Excelência e

o Ver. Pedro Ruas, que sempre se preocupou com a pandemia, é verdade, é a opinião dele e eu respeito, se preocupou com o saneamento básico. Ver. Pedro Ruas, está se investindo uma verdadeira fortuna em saneamento básico, aqui no Arroio da Areia, onde muitas pessoas ficam ilhadas quando chove, está se investindo uma fortuna no esgoto pluvial. Os nossos riachos que passam por baixo da nossa cidade são muito fortes, se constrói cada vez mais, se coloca cada vez mais asfaltos nas ruas que ficam impermeáveis; e nós precisamos de permeabilização nas ruas, por isso precisamos de mais área verde, mas se está investindo dentro das possibilidades do Município.

Esse negócio do IMESF, Ver. Oliboni, o senhor se reelegeu agora prometendo para essas pessoas, ou melhor, mentindo para essas pessoas, que o senhor iria rever isso, que o senhor iria fazer reprocessar uma decisão do Supremo. Não tinha mais o que dizer para eles, não teve mais o que dizer, não teve mais defesa, agora fica insistindo porque tem que prestar contas para esses eleitores que o senhor disse que ia dar um jeito de mantê-los empregados. Há muitos profissionais excelentes nessa turma, muitos, e eu respeito a cada um deles, só não pode mentir para eles como se fez, prometer para eles que ia reverter, o senhor sabia que não ia reverter o IMESF e aplicou para eles que faria. Então, antes de criticar o prefeito Sebastião Melo sobre algum assunto, o senhor raciocine de como começou esse assunto. Esse do IMESF, V. Exa. é muito responsável e envolvido! Desde que quando entrou com a ação declarando inconstitucionalidade, desde a época da discussão do assunto, o senhor discutiu esse assunto, quando se criou o IMESF, e V. Exa. era contra. Agora, o senhor não é a favor do IMESF, o senhor quer dar uma resposta de uma promessa que fez sabendo que não ia cumprir. Então, vamos ter cuidado com esse andor, a discussão política é muito boa, mas ela tem que ser, pelo menos, com um pouquinho de fundamento, não pode ser feita assim: com uma resposta sem fundamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde Presidente, colegas, todos que nos acompanham. Estamos aqui em mais um dia, mas eu quero fazer alguns registros diferentes, especiais. Quero saudar aqui os colegas que hoje, pela manhã, estiveram na audiência pública da temática que é recorrente nos últimos 15 anos, no mínimo, pelos administradores da cidade. Eu hoje, pela manhã, pude estar aqui e ouvir o Ver. José Freitas, que me senti muito contemplado com a sua fala; Ver. Oliboni, também me senti muito contemplado com a sua fala sobre o problema na barragem da Lomba do Sabão, na audiência pública, que foi presidida pelo Ver. Jessé Sangalli, nosso colega, presidente da COSMAM. E eu até me emocionei um pouco, porque acompanhamos de uma forma, às vezes, meio frustrada. Eu fui comunicado pelo Ver. José Freitas e Ver. Aldacir Oliboni, que a Ver.^a Mônica Leal... Ver.^a Mônica Leal, eu tive que me retirar, eu não tive condições, alguns amigos meus perderam a vida,

presidentes de associações de moradores, e fui comunicado sobre a sua manifestação de cobrança de datas, de proatividade do poder público, e me senti muito contemplado pelo que a senhora fez. E eu confessei que ando cansado de assistir as coisas não acontecerem. E, Ver.^a Mônica, assumi, de manhã, que quando estive aqui há três anos e meio e o Ver. Ramiro estava de secretário de serviços urbanos, pude ficar com vocês aqui, o governo era do PSDB, e passou-se quatro anos, antes, eu também conhecia a pauta, mais quatro anos, e a gente não vê as coisas acontecerem. A gente tem limitações constitucionais, mas eu me sinto muito contemplado quando colegas, como a senhora, fazem do seu mandato a cobrança ao poder público. Então, eu preciso registrar aqui, que mesmo nós sendo de partidos diferentes, a Ver.^a Mônica é do PP, o Ver. Oliboni é do PT, o Ver. José Freitas é do Republicanos, eu me senti muito orgulhosos de estar aprendendo com esses três vereadores que conhecem essa pauta também há tantos anos como eu, e eu precisava fazer esse registro, aqueles que não tiveram a oportunidade... Ah, a Ver.^a Cláudia Araújo também estava. Então, é uma pauta importante que nós não podemos nos omitir, seja votando orçamento para habitação, seja saneamento, precisamos dar o retorno para as comunidades que lá estão.

Por fim, Presidente, não menos importante, como é a última sessão antes do nosso recesso, eu quero fazer rápidos agradecimentos. Quero agradecer ao ex-vereador Cassio Trogildo, que está aqui, eu o vi agora há pouco, eu fiz uma reunião, Ver. Cassio, com o nosso mandato, e muitos momentos difíceis eu tive na legislatura passada e V. Exa., como presidente desta Casa, sempre me ajudou, sempre me orientou, sempre me ensinou com muita empatia. Se eu pude o êxito de estar aqui novamente, eu aprendi com muitos vereadores e quero reconhecer publicamente que o seu espírito coletivo, quando foi presidente desta Casa, inclusive nos momentos difíceis de controlar o nosso Parlamento, o senhor ajudou muito a este vereador. Então, quero agradecer publicamente isso. Quero agradecer também ao Ver. Mauro Pinheiro, que não está aqui, que foi líder do nosso governo, sentou ao meu lado por ter sido presidente, por ter experiência, por ter me ajudado, então, o meu agradecimento ao Ver. Mauro Pinheiro. Também quero agradecer ao ex-vereador João Carlos Nedel, que estava aqui há pouco, obrigado professor Nedel, por ter tido paciência comigo, me levou pela mão para conhecer os principais afluentes, arroios que alimentam o arroio Dilúvio. Obrigado, ex-vereador Nedel, pela sua generosidade. Ver.^a Mônica Leal, transmita ao ex-vereador Nedel o meu agradecimento pela sua generosidade com os colegas, o meu profundo agradecimento Ele está aqui, obrigado, ex-vereador Nedel, pela sua generosidade comigo e com vários colegas.

Para concluir, também agradeço ao Tessaro que está aqui, que também sempre me aconselhou muito. E, por fim, a dois colegas que publicamente eu preciso agradecer, recentemente, ao Ver. Ferronato, e ao Ver. Gilson Padeiro, que cederam os seus espaços para que eu pudesse estar na comissão da Festa Farroupilha, atendendo um pedido de um colega para permitir que entrasse. Ver. Ferronato e Ver. Gilson Padeiro muito obrigado e espero honrar a confiança de vocês lá na comissão. Obrigado, presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde minhas colegas vereadoras, vereadores e o público que nos acompanha pela TVCâmara e demais meios de comunicação. Eu retornei a esta Casa hoje, em função da chamada desta sessão extraordinária, já havia feito as despedidas na sessão de ontem, mas acho que foi providencial o meu retorno aqui hoje. Depois de tudo que assistimos ontem, trabalhamos até às 2h30min da manhã, com a disposição, a serenidade que o momento da nossa cidade, do nosso País exige, Presidente Márcio Bins Ely. Entretanto, para mim, nessa última sessão sai daqui com a certeza do caminho que trilhei até agora. A sessão de ontem me reafirmou convicções de que estou indo pelo caminho certo. Eu, ontem, como suplente que sou, todos sabem, ontem, teve aqui neste plenário um projeto de lei que foi apresentado e discutido com o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência e tantas outras organizações de pessoas com deficiência nesta Cidade. Pasmem! Foi rejeitado por esta Câmara de Vereadores: 15 votos favoráveis e 17 contrários. Um projeto que não traz nenhuma repercussão financeira para o Executivo municipal. Esta Casa rejeitou que os ônibus desta cidade tivessem transporte cem por cento acessível para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Esta Casa rejeitou, às 2h30min da madrugada, porque o projeto não era do governo, porque o projeto foi apresentado por uma mulher da oposição. É neste nível que este Parlamento está trabalhando. Não estou falando isso aqui com orgulho, mas com muita tristeza porque este Parlamento perdeu a noção do republicanismo, que nós estamos aqui, não para defender egos particulares ou pessoais, nós estamos aqui para defender os interesses dos moradores, da população desta cidade, especialmente aqueles que não tem voz aqui dentro deste Parlamento. O projeto que garantia acessibilidade em todos os meios de transporte nesta cidade foi rejeitado aqui neste Parlamento que já foi modelo para o País porque, infelizmente, nós temos aqui uma maioria que só aprova projetos que lhe interessa e que, infelizmente, não são projetos que interessam para o povo desta cidade, não pelo menos para o povo pobre e simples desta cidade. Aqui quero fazer um agradecimento especial para os vereadores que não são da oposição e que votaram favorável ao transporte acessível para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nesta cidade. Quero agradecer aqui à Ver.^a Cláudia, quero agradecer ao Ver. Janta, que não são da oposição, mas que, neste momento, tiveram compromisso com as pessoas com deficiência desta cidade. Minha covereadora Josiane França, você que trabalhou, que é uma mulher cega e trabalhou muito neste projeto, estou fazendo esta fala em tua homenagem porque, infelizmente, aqui se aprovou tudo. Uma vereadora subiu aqui, em outra oportunidade, para dizer que as mulheres desta cidade têm que trabalhar mais porque vivem mais, também vi esta mesma vereadora vir aqui ontem e votar contra o projeto de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Hoje é minha última sessão,

espero retornar outras vezes aqui, mas, Presidente, quero dizer que está faltando republicanismo, está faltando compromisso com o povo da nossa cidade, porque, nesses quatro meses que estive aqui, muitos projetos, até pedi para a minha bancada fazer os levantamentos dos projetos que foram aprovados aqui que privilegiam quem tem dinheiro e os projetos que privilegiam quem precisa neste momento de crise profunda da nossa cidade, que não vi nenhum. Quero agradecer mais uma vez às minhas vereadoras, à minha bancada do Partido dos Trabalhadores e a todos os vereadores e vereadoras que têm compromisso com esta cidade, um compromisso republicano, um compromisso com aqueles que mais precisam neste momento. Então, votar contra um projeto que garante acesso às pessoas com deficiência é uma vergonha. Não é ilegal, mas é imoral, foi uma imoralidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vou fazer uma fala rápida de liderança, apenas porque fui tocado pela fala da Ver.^a Reginete. Acho tão importante e pontual uma coisa que acho que aqui falo em nome dos diversos vereadores, e aqui me incluo. Muitas vezes fui derrotado neste **plenário**, ontem, fui derrotado neste plenário e serei muitas outras vezes, isso faz parte de um regime democrático. A Câmara Municipal é assim, Ver. Alvoní, às vezes, temos um projeto em que nossos colegas vereadores concordam; às vezes, discordam; às vezes, nós conseguimos consenso; às vezes, a gente flexibiliza; às vezes, isso não é possível, isso faz parte do jogo democrático. Ora, é inevitável que numa democracia existam as divergências, a democracia pressupõe a divergência, Reginete. Mas, vereadora, você acusar como se houvesse má-fé dos colegas, como se estivessem decidindo com base no bolso, na riqueza, em quem é quem, eu acho que isso é extremamente desleal. Porque todos nós aqui estamos imbuídos não só de uma representação popular de um segmento de Porto Alegre, como todos nós nos dedicamos a atender os anseios da população que nos elege e por vezes divergem. Então quando voto um projeto, estou votando de acordo com aqueles que me elegeram e gostariam que eu votasse, por menos impostos, por menos estruturas, por menos burocracia ou por menos leis que às vezes a senhora, Ver.^a Reginete, acha que é importante. Isso faz parte, assim como por vezes outros vereadores propõem coisas que discordo e nem sempre nós somos bem-sucedidos. É preciso entender o jogo democrático porque senão nós estamos apelando sempre para inevitavelmente, Ver. Ramiro, a ditadura, o autoritarismo. Se nós não entendemos e respeitamos as divergências, nós clamamos pelo autoritarismo. A divergência é a natureza do Parlamento, e saber exercê-la com respeito e, especialmente, com argumentos, é a habilidade de todo parlamentar. Por isso cumprimento todos os vereadores que já tiveram projetos aprovados, rejeitados e que seguem desempenhando suas funções com respeito e cordialidade. Procuro fazer isso e

também espero que todo mundo faça, por isso que a Ver.^a Reginete quando usa de seus argumentos de que estão atacando A, B ou C, eu discordo completamente. Votei contra o seu projeto, ontem, aliás, dizendo muito claramente que eu era a favor no mérito, mas que discordava da forma porque projeto era inclusive inconstitucional e aí, Presidente Márcio, mesmo que a Câmara aprovasse para fazer um gesto, depois o governo vetaria, ela acusaria então o governo, o prefeito Melo de ser insensível ou então depois o judiciário de ser insensível. Ora, não é possível tratar a lei dessa forma. Quero deixar apenas este registro, agradecendo a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; Vereadores e Vereadoras; o tema que me traz à tribuna hoje é um episódio de ontem. Nós tivemos aqui, e me sinto na obrigação de fazer este registro, um episódio sério, grave, ontem, que não pode acontecer no nosso Parlamento. Eu explico: a Ver.^a Mônica Leal, que não é da oposição, não tem nada a ver com a oposição, não tem nada a ver comigo política e ideologicamente, temos uma distância de quilômetros, ela é uma mulher de direita, eu sou um homem de esquerda, temos divergências históricas. Nos anos de 2011 a 2014, um dos grandes embates e debates desta Casa se deu quando liderei uma posição pelo nome Av. da Legalidade e da Democracia, e a Ver.^a Mônica Leal liderava o setor que queria o outro nome, o nome Castelo Branco, na entrada da *freeway*. Foram debates acirrados, com muito respeito, mas com muita distância de posições. Então, não temos uma relação política, e ela é da situação e eu sou da oposição. Ontem, ela denunciou que dois vereadores, ela não deu o nome, haviam atacado duramente, rapidamente, quem votou contra o projeto do Ver. Márcio Bins Ely em relação aos estágios. Eu não sei quem são os vereadores, ela não falou, mas depois disso houve um episódio com o Ver. Felipe Camozzato, por quem tenho respeito, obviamente, e tenho uma ótima convivência na Comissão de Justiça inclusive, mas o Ver. Felipe Camozzato usou uma expressão inadmissível, chamando a Ver.^a Mônica Leal de histérica. Eu acho um absurdo isso, acho que o vereador deveria pedir desculpas à vereadora, no mínimo, porque isso é muito grave. Vou explicar, ao longo dos anos, a questão do machismo, do sexismo foi muito marcada por expressões recorrentes de homens em relação às mulheres, e uma dessas expressões mais duras, que mais deprecia as mulheres, é chamá-las de histéricas. Qualquer um que estude esse tema e que goste, se afine e tenha consonância como o movimento da luta das mulheres ao longo das décadas, dos séculos, sabe que uma das formas comum, infelizmente, é os homens chamarem as mulheres de histéricas. Não poderia ter ocorrido, não poderia, é uma situação que extrapola o Parlamento, é uma situação de machismo explícito, machismo no mau sentido, machismo no sentido, inclusive da proibição legal e que criou uma circunstância para nós todos extremamente desconfortável. Eu, durante esta noite,

pensei muito neste tema, queria muito falar aqui e ia falar particularmente com o Ver. Felipe Camozzato, mas acho que era um tema público porque, afinal, ocorreu aqui durante o plenário, e não é possível que tenha acontecido e não é possível que não haja um grau de reparação. Eu falei, no mínimo, pedido de desculpas, no mínimo, do Ver. Felipe Camozzato à Ver. Mônica Leal. Não é uma vereadora da nossa base de oposição, não é, não tem nada a ver politicamente comigo, mas é algo que é inaceitável. Eu defenderia essa posição fosse quem fosse a mulher a ser atacada nesse sentido, chamada dessa forma, qualquer mulher, dentro ou fora do Parlamento, dediquei minha vida a combater injustiças, e o movimento das mulheres trás para nós ensinamentos importantes, nós, homens, principalmente, e este episódio foi muito negativo, eu acho que nos deixou a todos muito chocados, eu fiquei particularmente. Ontem, não havia a oportunidade, não havia tempo, espaço de tribuna para referir, e não é nada pessoal em relação ao vereador, com quem, repito, tenho uma convivência muito boa e tenho respeito e admiração porque é um vereador inteligente e muito capaz, tem feito um ótimo trabalho na Comissão de Justiça, enfim, é um grande vereador, mas essa relação com a Ver.^a Mônica Leal em plenário, e essa expressão utilizada histérica é inaceitável, é inadmissível, e ela precisa ser reparada. Não é possível que isso fique por isso mesmo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra em Comunicações e, logo após, continuará seu pronunciamento em Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde aos colegas e às colegas, venho a esta tribuna nesta nossa última sessão do primeiro semestre para fazer uma reflexão sobre a nossa atuação. Por diversas vezes foi colocado aqui que esta Casa renova o seu plenário, renova no sentido de que nós temos hoje uma série de parlamentares de primeira gestão. E eu quero cumprimentar muitos deles que fazem parte inclusive da oposição, meus colegas que, de forma respeitosa, encararam até aqui este plenário. Todos com sua história, com sua trajetória e respeitando este espaço, porque nós sabemos e nós entendemos muito a luta que nós fizemos para chegar até aqui, para pautar esse lugar. Mas eu queria fazer algumas reflexões sobre algo que também a gente vem ponderando desde a nossa chegada, que é a forma desrespeitosa que muitos colegas se sentem à vontade para usar a tribuna e todos os espaços para ofender, para deturpar as palavras, para acusar outros colegas. Ontem, inclusive, nós chegamos ao auge do machismo de um jovem colega, não da oposição, mas que ousou ocupar não só a tribuna, mas o *chat* da nossa sessão para chamar uma colega de histérica. Chamou uma colega de histérica, uma colega a quem eu tenho muito respeito, não é da minha base, não é da minha composição, mas eu reconheço a trajetória, a história e a intimidade que tem não só com esta Casa, mas com a política. E essa forma desrespeitosa de encarar a política e de quem tem uma opinião

divergente é que nós precisamos combater. Essa não é uma nova política, muito pelo contrário, essa é a velha política representada até em novos rostos, mas é a velha política, a política ruim, essa que propaga o ódio, a mentira e que valoriza tudo que nós dissemos aqui que não é benéfico para a política. Eu acho que nós podemos utilizar da tribuna para tratar das nossas divergências, para cobrar, sim, do Executivo. Afinal de contas, nós estamos falando do machismo que assola não só os homens, mas também as mulheres. Eu aprendi na minha vida e na luta militante, ao lado de tantas mulheres que não basta ser mulher, é preciso lutar contra o machismo e é preciso se posicionar em toda e qualquer possibilidade. Mônica, toda a nossa solidariedade, e toda a vez que um colega se levantar para chamar qualquer mulher desse plenário de histórica, que a gente se manifeste, porque é um absurdo. Assim como nós utilizamos a tribuna para falar ontem de uma moção que foi aprovada pela maioria dos vereadores e vereadoras desta Casa, de ataque a uma mulher e a uma criança, ontem tu foste atacada. A nossa solidariedade e todo o respeito e repúdio ao colega que se autoriza, porque eles acham que podem tudo, a utilizar dos espaços democráticos desta Casa para propagar o ódio.

Mas eu quero falar também desses últimos seis meses de gestão do governo Melo, de uma gestão que foi encarada pela cidade como uma gestão popular, que teve sua eleição, Ver. Cassiá, batendo na porta de muitas mulheres e homens dos bairros, mas que chegou até aqui e, infelizmente, não esteve de mãos dadas com as pessoas que mais precisaram da sua assistência. Os nossos postos, nas comunidades, continuam fechados. As nossas escolas tiveram romantizado o seu processo de abertura das portas, porque acharam que era só abrir as escolas que as crianças voltariam correndo. E eu quero convidar os colegas, de forma muito respeitosa, a visitar as escolas e os seus arredores para que vocês vejam com os próprios olhos onde estão as crianças que mais precisam de assistência, mas elas não estão nas escolas, elas estão nas sinaleiras, porque infelizmente nós tivemos um aumento de 178% do trabalho infantil, romantizado por muitos colegas também, romantizado, porque, afinal de contas, as crianças estão trabalhando e não estão na escola. Eu sou defensora de que as crianças ocupem as cadeiras das escolas, que tenham lá merenda e que lá os pais possam encontrar o apoio para retomar a sua condição de procurar um emprego, de restabelecer a sua atividade econômica. Eu não acredito que com crianças na sinaleira a gente reverta a situação econômica, aliás nós temos que rever a discussão sobre crise econômica, porque quem está em crise é o povo das periferias da cidade, não é o grande setor empresarial. Aliás, o pequeno e médio empreendedor também não tiveram assistência desse governo, até aqui. Foi uma das grandes promessas. Eu acredito que nós precisamos pensar no próximo semestre projetos que dialoguem com a recuperação da cidade, da saúde da cidade, dos que mais precisam, a gente vê todos os dias. Ontem alguns vereadores utilizaram essa tribuna para falar de isenção, mais uma vez, que os grandes empresários que dividiram lucro precisavam de auxílio. Em compensação o salãozinho lá da vila continua fechado, e aquela mulher e aquele homem que trabalhavam não conseguem trabalhar não só pela pandemia, mas porque não tiveram assistência. Nós votamos aqui o projeto de reforma da previdência com o objetivo do governo de fazer caixa, de dizer que precisava recuperar esse recurso para que reinvestisse, mas como é que para um

lado tem dinheiro e para o outro não tem? É muito engraçado, os vereadores utilizam a tribuna aqui para falar que a gente precisa olhar para os que mais precisam, mas na hora de votar o projeto, votam com os grandes, para aqueles que mais têm. Os que mais precisam, esses que se lasquem. Essa é a verdadeira resposta desta Casa. E é contra isso, Presidente, que a bancada do PCdoB, é contra esse projeto que abandona as comunidades e as famílias e que nós viemos nos manifestar, porque eu acredito que Porto Alegre foi a cidade da Participação Popular, foi esta cidade que me encontrou, mas uma cidade que era regada de política pública, de assistência social, de uma boa escola. Foi essa cidade que me fez chegar até aqui, que fez ontem uma garí entrar pela porta da frente do plenário e encontrar aqui dentro desse plenário a sua filha vereadora. Quantos não chegarão porque a sinaleira vai engolir, porque o tráfico de drogas vai engolir? Afinal de contas, qual a alternativa que tem a nossa juventude? Aliás, ela é criminalizada aqui dentro, ela é combatida aqui dentro desta Casa, porque a juventude é muito arrogante, a juventude é usada, sonha e luta para que a gente tenha um futuro melhor. É por isso que nós estamos aqui. Então, caros colegas, quero cumprimentar todos e todas e dizer que mesmo com todas as divergências é um prazer dividir aqui muitos dos meus dias com vocês. Até o próximo semestre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de registrar a presença, entre nós, do Vereador Luciano Battistello, de Esteio. Seja bem-vindo a esta Casa, a sua presença abrilhanta os trabalhos de hoje.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, vereadoras, vereadores, hoje o clima está mais tranquilo e eu gostaria de fazer o seguinte registro. Primeiro, nós estamos numa crise financeira de muitas classes sociais e essas classes têm animais, outros são animais abandonados, alimentados por pessoas voluntárias. Então nós criamos uma campanha com boa divulgação que inclui alimentação, acessórios e também roupas para aquecer os animais. A campanha está na cidade, também está aqui no saguão. Feito esse registro, conto com o apoio de quem está nos assistindo e dos colegas. Esse mês entregaremos à Procuradoria Especial da Mulher a nossa colega Cláudia Araújo, já fizemos o nosso relatório de atividades, já estamos organizando para entregar a sala adequadamente, com todos os encaminhamentos que constam nos nossos documentos e também queremos informar que nós estamos deixando para a Casa Viva Maria que recebe mulheres vítimas de violência, uma emenda impositiva de R\$ 172 mil. Também realizamos uma pesquisa, de 1500 a 2004, de mulheres que se destacaram na história do Brasil, independente de ideologias, mas mulheres que para a sua época nos inspiram pela sua coragem, determinação e que no mundo tão machista que era, e que continua sendo, nós não poderíamos deixar de registrar e deixar no pergaminho na sala da Procuradoria da Mulher. Também quero dizer que o ódio vem da mentira, a mentira de *cards* que

espalham pelas redes sociais de colegas machistas que chamam uma colega de histérica, e para isso coloquei à disposição a Procuradoria Especial da Mulher para nós levarmos avante, porque isso é uma violência psicológica e consta na Lei Maria da Penha, como também o Senado Federal aprovou, recentemente, a inclusão da violência psicológica no Código Penal. Então, não é brincadeira chegar numa rede social e destratar as colegas. Nós temos que ter discurso em nível de um parlamento de 36 vereadores e de uma população chegando a quase 1,5 milhão de habitantes. Nós não podemos aceitar essas leviandades, essa falta de criação – porque, no meu tempo a gente dizia criação – educação vem de casa. E esse colega – vou dar o nome aqui – Ver. Camozzato ontem foi muito agressivo com outra colega da base, mas poderia ser uma da oposição. Então, nós não também não podemos instigar esses discursos de ódio que está acontecendo no plenário da capital. Isso não é nível para quem se elege para representar os porto-alegrenses. Eu estou no terceiro mandato e eu preferi fazer minhas últimas sessões plenárias *online* porque esse tipo de discussão me atingiu e que é bem diferente daquelas que eu comecei nesta Câmara há oito anos, em que nós tínhamos vereadores que tinham conteúdo nos seus discursos, que tinham conhecimento do que era necessário de políticas públicas e não discutiam bobagens, não iam fazer *cards* mentirosos para atingir os próprios colegas. Isso sim é falta de ética, aliás, deveríamos ter comissão de ética, quero ver se isso acontece na Assembleia. Na Assembleia Legislativa eles cassam mandato por questões de ética. E aí nesse plenário, tinha um ex-vereador que me atacou, que me atingiu, e o que eu fiz? Não teve comissão de ética, levei para a polícia, levei para a Delegacia da Mulher, denunciei, respondeu processo por outros motivos, mas esse foi um atenuante. Eu acho que nós não podemos nos calar com a falta de educação, com a falta de respeito de parlamentares que estão aqui convivendo conosco. Então, era isso, Sr. Presidente meu repúdio a esse comportamento. Ontem foi com uma colega, amanhã poderá ser comigo. E que nos respeitem porque a procuradoria vai continuar, as leis vão continuar, e as mulheres precisam ser respeitadas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente todas e todos presentes. Gostaria de usar esse período de comunicações para refletir sobre o encerramento deste semestre. A sessão extraordinária de hoje marca o fim dos primeiros seis meses de trabalho da Câmara, da Prefeitura, e eu penso que nós temos muitas questões para refletir acerca disso. Não necessariamente, Ver.^a Bruna, sobre o clima que se instaurou na sessão de ontem que teve como ponto mais trágico e lamentável das discussões, as ofensas machistas à Ver.^a Mônica Leal. Nós inclusive usamos esta tribuna ontem para falar de violência de gênero, para falar sobre *fake news*, sobre violência política e eu repito o que eu disse ontem e já expressa a solidariedade à Ver.^a

Mônica Leal que, independentemente de diferenças políticas e ideológicas, esse tipo de atitude nós não aceitamos e não reproduzimos. Isso é importantíssimo para o andamento das nossas discussões. Agora, eu não acho que a gente deve abstrair ou isolar o debate político que existe na Câmara da situação política que o nosso País vivencia e que a nossa cidade também vivencia. Nós estamos sim num momento de acirramento das discussões. Isso parte desde o poder central que instiga de Brasília um discurso violento contra os seus adversários e isso vai penetrando nos outros seguimentos da política. É uma lástima que nós estejamos diante dessa situação, especialmente porque aqui na cidade de Porto Alegre o prefeito Sebastião Melo resolveu aderir a essa onda, justo num momento em que esse projeto político dá sinais de fragilidade importantíssimos. Se nós olharmos para os dois aspectos mais marcantes da realidade política, econômica e social da nossa cidade que, em minha opinião, é a questão da pandemia que teve o seu pior momento neste semestre, por outro lado, o crescimento da desigualdade. Os vereadores e vereadoras desta Casa que ainda não acessaram o último boletim do Observatório de Metrópoles devem fazer isso porque os dados demonstram que o crescimento da desigualdade na cidade de Porto Alegre foi gigantesco. Nós hoje a capital mais desigual da região Sul do Brasil e isso é um título triste para a nossa cidade que no ano que vem completa os seus 250 anos. E como a Prefeitura reagiu ante esses dois temas? Como esta Casa reagiu frente a essas duas? Eu penso que muito mal. E a dificuldade de nós fazermos os debates aqui dentro se deve ao tipo de prioridade que a Prefeitura colocou para dentro desta Casa, aliás, interferindo e maneira muito dura, muitas vezes, no andamento dos nossos debates. Digo isso ao vice-líder da oposição, Ver. Aldacir Oliboni, que com a sua experiência, por várias vezes, nos alertou, – nós, os vereadores mais jovens – ao longo desses últimos meses. O tipo de interferência que está sendo feita aqui nos debates, as prioridades que foram pautadas não correspondem a essas necessidades e mostraram que, muitas vezes esta Casa se comportou como uma extensão do Executivo, o que é extremamente preocupante diante da questão da pandemia. Vejamos bem, primeira norma técnica que a Prefeitura apresentou de combater a pandemia em Porto Alegre foi um incentivo ao tratamento precoce, logo barrado na justiça num período em que nós entramos na situação de bandeira preta, em que Porto Alegre virou o epicentro mundial da pandemia, posteriormente essa discussão veio à tona novamente na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, numa votação trágica porque o nosso alerta era baseado nos critérios científicos. Agora, nesta semana, tivemos uma determinação do Ministério da Saúde, dentro do próprio governo Bolsonaro, desautorizando o uso do tratamento precoce. Eu penso que agora esse debate de encerra, só que ele trouxe consequência para a nossa cidade, porque a pandemia, para ser superada, exigia iniciativa, ainda exige muita solidariedade e principalmente conscientização. E não foi o que nós vimos, nós não tivemos uma grande campanha publicitária para atuar sobre esse tema, para divulgar as informações corretas e isso foi um grande problema. A linha que se expressou foi aquela fala numa das *lives* do prefeito Sebastião Melo: “deem a sua vida para salvar a economia”. Porque as prioridades apresentadas por esta Câmara não atacaram a questão da desigualdade social, foram projetos de privatização, de enfraquecimento de empresas estratégias para

o desenvolvimento da cidade como a Procempa, projetos que retiram direitos sociais como o que está para ser feito, na opinião do prefeito obviamente porque nós vamos lutar conta com as isenções no transporte público, a reforma da previdência que atacou serviras e servidores do Município, ou seja, uma política neoliberal que tende a aprofundar esse quadro crônico de desigualdade e de dificuldade da população trabalhadora e de periferia na cidade de Porto Alegre. Então, é para a gente pensar, de fato, nos desafios desse segundo semestre e que vão ser muito intensos na defesa de uma polícia contra essas situações que estão em curso na cidade, pandemia e desigualdade social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): S. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste por meio da TVCâmara, da nossa rádio e redes sociais, a cada dia que passa, a cada noite e amanhecer da minha vida, o meu mundo tem ficado cada vez mais azul, cada vez mais empenhado engalfinhado, mergulhado de cabeça na questão dos autistas. Hoje tive o prazer de receber no meu gabinete a Miriam Freitas. Ela é uma conterrânea do Sebastião Melo, uma goiana que tem um filho com aspecto de autismo. O autismo leve, uma criança maravilhosa que estava até agora no meu gabinete, mas tão grave quanto os demais, tão grave quanto quem tem autismo severo. E a Miriam veio aqui no meu gabinete porque queria saber porque eu entrei nesse mundo. Eu tenho uma filha que vai fazer quatro anos agora que é alérgica a proteína do leite, da soja, do milho; alérgica à proteína do gado, aos amidos, e levei para ter o diagnóstico que poderia ser característica de autismo. E mudou toda a rotina da minha família na questão alimentar inclusive. A Linda me levou para fazer a bariátrica para ter um pouco mais de autonomia e poder aguentá-las nas suas brincadeiras; mudei um pouco a minha vida. E essa mãe mudou a vida dela, ela veio de Goiânia para Porto Alegre, e o seu filho, dentro do espectro do autismo – nenhum é igual – tinha dificuldade grande de alimentação e chegou a um bom período que só comia tomate e arroz; depois, só tomate e farofa. A Miriam hoje é uma empreendedora, fabrica, cria farofa de vários sabores pelo amor ao seu filho. Tem mães e avós que brigam para ter em casa, para poder plantar, beneficiar e ter o canabidiol. Isso tem ajudado crianças autista que tinham em torno de 40 ataques epiléticos por dia, que usavam capacete; hoje, graças ao canabidiol, não têm mais nenhum. Crianças com transtorno do espectro autista que têm que tomar medicações severas e com doses altas, o canabidiol vem ajudando essas crianças. Eu faço isso, porque todos nós aqui temos bancadas no Congresso Nacional, e está lá a decisão de liberar para os pais este produto que pode amenizar bastante a vida de uma criança, de um adulto, de um adolescente que tenha o espectro autista. Já que a minha filha tem alergia e não têm autismo, então, o que me levou a entrar nesse mundo, a me apaixonar e a estar nesse mundo azul? O que me

levou foram os relatos de mães. Mães como a primeira que eu conheci e que me perguntou o que eu achava de ela, que estava com câncer, matar o seu filho. No começo, fiquei chocado; ela queria matar o seu filho, porque ele só tinha a ela no mundo, ela estava com câncer e não iria deixar o filho dela, um autista, ficar nesse mundo sozinho. Eu respondi para ela que eu achava que era um ato de amor. E isso tem virado uma rotina na minha vida; segunda-feira passada, eu conversei com a Érica, que tem uma filha autista, ela tem cinco anos de idade – Ver. Márcio Bins Ely, o senhor que tem uma filha pequena, assim como eu – e esta criança nunca conseguiu ter um aniversário que não fosse só a Érica e a irmã dela, porque ela é autista. Essa mãe vive – o termo é muito forte – numa prisão, essa mãe que deixou a sua profissão de lado, deixou a sua vida de lado por amor, para cuidar desse filho. A Érica, assim como, a Angelina vive numa prisão. Essa mãe só quer o direito de o seu filho ir numa festa de aniversário, essa mãe só quer o direito de outros irem no aniversário da filha dela, essa mãe só quer o direito de que sua filha, quando ir para rua, ninguém diga que ela é uma criança problema. E essa mãe também se questiona sobre quem vai cuidar o filho dela; essa mãe se questiona, no momento em que, talvez, tenha um diagnóstico, se não vai tirar a vida do filho dela. Isso é corriqueiro, e eu quero que meus pares e as pessoas que estão me assistindo saibam que isso não é ficção. Isso é corriqueiro! Tem mãe que sobe no último andar de um edifício, se agarra com filho e se atira. Claro que isso não aparece na imprensa para não incentivar, mas é necessário, cada vez mais, políticas públicas para isso. A nossa cidade está empenhada em criar um centro de referência para o autismo. Um centro de referência que atenda essas crianças e que tenha todas as terapias que são necessárias para que um autista severo – agora, há pouco conversava sobre isso – possa vir a ser um autista moderado; um autista moderado possa vir a ser um autista leve, Em contrapartida, um autista leve pode virar um autista moderado e um moderado pode virar um autista severo, se não tiver acesso às terapias, se não tiver acesso à fonoaudióloga, à equoterapia, à terapia com cão, a uma série de atividades importantíssimas, como ter contato com a natureza, ter o tato, o cheiro. Para nós são coisas completamente insignificantes, para eles é uma porta do mundo que se abre. Nós temos a obrigação, como ser humano, não como gestor público, não como legislador, de dar um mínimo de conforto para essas mães. Por isso que o centro de referência vai tratar também essas mães, pois vai ter psicólogo e psiquiatra, vai permitir que essas mães tenham um momento para elas. Uma mãe que tem um filho com autismo severo não consegue nem ir ao banheiro, o filho tem de estar sempre junto com ela, porque é a referência que essa criança tem. Então, nós precisamos, como cidadão, como ser humano, dar as condições para que essa mãe tenha o seu momento, mesmo que seja no período de uma consulta do seu filho; ela tem de ter o momento de ficar com ela, de se olhar no espelho, de poder colocar um esmalte nas unhas, de poder ler um livro, de poder respirar um pouco. Não podem essas mães que têm filhos autistas – a palavra é muito forte, mas é a realidade – viver nessa prisão. Não podem! É uma prisão, as pessoas são aprisionadas, dentro de um mundo, vivas. E nós temos que, não digo dar a liberdade, mas dar as condições de vida digna para essas mães. Nós que cuidamos de moradores de rua, que cuidamos de pessoas que estão no sistema carcerário, que

cuidamos de uma série de pessoas que têm as suas dificuldades na vida, temos a obrigação de cuidar dessas mães que receberam nada mais, nada menos, na vida, do que anjos. É um desafio, se no mundo existe a questão angelical, essa questão angelical está desenhada no plano terrestre, está desenhada no nosso dia a dia, está desenhada ao lado da nossa casa, está desenhada no supermercado que nós vamos, está desenhada numa praça que nós vamos. Se existe a figura encarnada aqui na terra, se existe a figura humana aqui na terra de um anjo, esse anjo é a mãe de um filho autista. Muito obrigado.

(Não realizado pelo orador.)

O PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colega da TVCâmara, Srs. Vereadores, telespectadores, ontem à noite, nós aprovamos muitos projetos importantes para cidade Porto Alegre; aprovamos a Frente Brasil/Líbano, a Frente dos Clubes Recreativos de Porto Alegre – são diversos clubes que fazem um trabalho social muito bacana na nossa cidade –; aprovamos o projeto do Ver. Mauro Pinheiro que garante 25% do público nos estádios, enfim, projetos que vão ao encontro do interesse de quem mora em Porto Alegre. Mas tivemos um fato muito triste que foi o incêndio na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e dois irmãos bombeiros estão desaparecidos. Há fortes indícios de que, talvez, tenham falecido; os peritos e a polícia civil estão investigando, a polícia penal, a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros, enfim. Esperamos que tenhamos um desfecho menos desfavorável aos nossos irmãos da segurança pública. Quem perdeu ontem não foi somente a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, mas, sim, o povo gaúcho. Nós vamos ter de recuar alguns passos, no nosso sistema de segurança, para podermos avançar depois; o monitoramento dos presos, por exemplo, foi transferido da Secretaria de Segurança para a Academia Integrada de Segurança Pública, Acadepen, onde fui diretor por dois anos. Então, deixo a solidariedade da Câmara de Vereadores. Eu, como Presidente da Comissão de Segurança e Direitos Humanos, participei, hoje pela manhã, de um programa de rádio, e coloquei a nossa comissão da Câmara de Vereadores à disposição da Secretaria de Segurança para ajudar naquilo que for necessário.

A Câmara vem avançando muito, bastante e, fazendo uma breve retrospectiva desse primeiro semestre, nesses seis primeiros meses de mandato, nós aprendemos muito. Foram muitas frentes, moções, projetos, além da construção de diálogo e de aprendizado em geral. Estamos ingressando agora no recesso das sessões, mas, por óbvio, nós vamos continuar trabalhando nesses próximos quinze dias, pensando em quem mora em Porto Alegre, ouvindo as pessoas. Quero me solidarizar, também, com os aprovados dos últimos concursos da Brigada Militar, da Polícia Civil, dos Bombeiros, da Susepe; nós aprovamos uma moção de apoio aos quase 400 aprovados no concurso da polícia penal, concurso que estará vencendo em setembro. Nós sabemos que existem 42 mil seres humanos cumprindo pena no Estado do Rio

Grande do Sul; ontem mesmo nós colocamos a 10ª Delegacia Regional Penitenciária à disposição do gabinete da primeira-dama para ajudar nos programas sociais de voluntariado. Estamos trabalhando bastante, mas estamos sempre abertos a dúvidas, críticas, sugestões e encaminhamento. Conversar, dialogar, construir esse é o nosso objetivo para o segundo semestre de 2021.

Da mesma forma, já foi protocolado um projeto importante na Câmara que é o projeto que diminui o IPTU da cidade, um projeto que suspende o aumento do IPTU da cidade. Então, o pagador de impostos, o contribuinte, os mais de um milhão e meio de habitantes que moram em Porto Alegre não podem conviver com o IPTU abusivo. Nós sabemos que esses recursos são utilizados para saúde, educação segurança e programas de desenvolvimento, mas nós precisamos, nós temos a necessidade de manter a liberdade econômica da nossa cidade e diminuir o IPTU. Então, esse é um objetivo nosso para o segundo semestre. Esperamos que, para esse projeto de redução do IPTU, nós possamos contar com o apoio dos 36 vereadores da nossa cidade. Que Deus proteja a nossa Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

Presidente Márcio BINS ELY (PDT): A Ver. Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente; colegas e pessoas que nos assistem. Primeiro, quero agradecer a três dos trinta e seis vereadores que temos nesta Casa e que utilizaram a tribuna para registrar a surpresa e suas inconformidades com o ocorrido nesta Casa: Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Bruna e Ver.^a Lourdes. Isso é um combustível, para quem, como eu, foi criada em uma casa – e tenho orgulho de dizer: filha de um militar, Pedro Américo Leal – onde os meus irmãos não podiam jamais dizer algum nome feio, um palavrão em frente às filhas mulheres. O respeito era o máximo. E aí, ontem, nesta Casa, eu fui surpreendida com um *card* do Ver. Felipe Camozzato. Esse *card* eu gostaria de mostrar, eu pedi para colocarem no painel, mas eu acho que não tiveram tempo ainda, mas eu vou ler aqui para as senhoras e os senhores o que diz o *card* nas redes sociais do Ver. Felipe Camozzato: "Vergonha! Vereadores aprovam criação de 28 cargos com o custo de R\$ 1 milhão por ano. NOVO votou contra!" Se tem uma coisa na minha vida que eu não sei fazer é mentir. Se tem algo que eu não sei fazer é agredir, é ofender. Ninguém nunca me viu discordar sem educação e sem respeito. O meu marido, que é advogado, costuma dizer que se eu fosse juíza seria um grande problema, porque eu sempre sou tão cuidadosa, respeitosa com todos e eu não me conformei quando vi esse papel, esse documento rodando nas redes sociais se referindo aos colegas e falando em vergonha! Vergonha é mentir! É montar um *card*. Na mesma hora eu utilizei o microfone de apartes e mostrei a minha indignação. E aí eu me lembro do meu pai, que dizia sempre: "Minha filha, quem mal não faz, mal não pensa." Eu não conseguia entender como alguém podia fazer algo daquela natureza, tão sórdido, sorrateiro, agressivo, mentiroso; me manifestei. Não

bastando esse *card* mentiroso, o Ver. Felipe Camozzato vai para o *chat* e me chama de histérica. Histérica por que eu tenho opinião? Por que eu tenho coragem de dizer o que eu penso, não fico em cima do muro? Mas o Ver. Janta usou o mesmo microfone que eu e disse para o Ver. Felipe Camozzato que estava tão descontente com as atitudes dele que não votaria mais nos projetos dele. E o que fez o Ver. Felipe Camozzato? Num ato machista, agrediu a vereadora mulher; mas não o colega, vereador homem! Eu quero também agradecer ao Ver. Matheus, que utilizou a tribuna e registrou a sua inconformidade. Prestem bem a atenção no que eu pesquisei: nas palavras de Freud, o nome histeria tem origem nos primórdios da medicina e resulta de preconceito – superado somente nos dias atuais – que vincula as neuroses às doenças do aparelho sexual feminino. Eu sou jornalista, pós-graduada, estou há 20 anos na política, não nasci ontem, não cheguei de paraquedas. Ver. Felipe Camozzato, machista, me agrediu; me agrediu publicamente, dizendo que sou histérica. Eu não aceito. Não aceito nenhum tipo de agressão. Não aceito falta de respeito, machismo explícito – inclusive na previsão legal. Quero dizer aos senhores que a irresponsabilidade desse vereador nas redes sociais não é de agora. Houve uma outra manifestação sua em que ele faz uma enquete e pergunta: "O que os senhores acham dos seus vereadores?" Ele incita a violência. E eu estou sendo agredida nas redes sociais dele; e os senhores também. Isso é crime. Eu fiquei muito surpresa com o comportamento desse colega e manifestei a minha inconformidade. Criou um *card* mentiroso e agressivo. Não aceitei essa atitude mentirosa e agressiva, como nunca aceitarei de ninguém, nem para mim, nem para os outros. Já chega o que eu passei nesta Casa quando fui Presidente. Falei que vergonha era se valer dos meios virtuais para proferir ofensas e difamar a imagem dos vereadores. Não aceito. Tenho convicção. Eu respeito todas as opiniões divergentes das minhas, não tolero agressões pessoais, porque não uso essa ferramenta como uma arma, para sair atirando nos outros; e pior, o que é mais medíocre, angariar votos. Não aceito. Não contem comigo jamais. E eu vou às vias de fato. Porque para isso, nesta Casa, a Ver.^a Lourdes falou muito bem, tem que haver uma comissão de ética. Nós, mulheres merecemos respeito. Eu dormi na mesma hora em que os senhores aqui, acordei, trabalhei dentro de casa, fora, cuidei da minha mãe que está no hospital e estou aqui, ofendida por um vereador que se acha, do NOVO, que não votou a favor e que inventou um *card* mentiroso agredindo uma mulher e que todas as mulheres desta Casa se sintam ofendidas. Surpreendeu-me muito que eu vi colegas meus – enquanto outros mostravam a sua indignação – no telefone, conversando, fazendo cara de paisagem. Isso tem que acabar aqui! Não aceitem que uma colega sua seja ofendida, porque amanhã ou depois é a esposa de um de vocês, é a filha de um de vocês ou a neta de um de vocês. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Leonel Radde (PT): Quero informar à Ver.^a Mônica que tem o apoio incondicional da bancada do Partido dos Trabalhadores. Parabéns, Ver.^a Mônica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridos e queridas colegas parlamentares, venho até aqui para tentar trazer algumas impressões sobre este semestre legislativo que se conclui neste dia. Eu vi muita coisa, muita coisa feia. Eu vi a política velha, encardida, a política nefasta, a política do toma lá dá cá. Eu vi isso aqui nesta cidade! Eu vi o prefeito entregar R\$ 16 milhões ao transporte público – às empresas privadas, não ao povo! E eu vi também esse mesmo prefeito prevaricar, dizendo que não multaria um presidente que nega a ciência. Eu vi aqui muito parlapatão deblaterando sempre, fazendo aquela disputa mesquinha, a patuscada aquela da velha política, sabem? A coisa mundana que não constrói, que não leva o direito à educação para a mãe que precisa, que não leva o direito à saúde aos nossos idosos, que não traz o saneamento para as zonas que mais precisam.

Eu vi aqui o negócio de oportunidade acontecer, eu vi aqui as forças se coadunarem contra o povo, contra os pagadores de impostos. Povo de Porto Alegre, é cogente restabelecer a democracia e o poder do povo, que o povo possa de novo lotar as galerias, que o povo possa decidir, que o povo não seja chamado apenas às urnas. Este Parlamento peca muito. Este Parlamento está muito viciado. Este Parlamento se ajoelha muito para o governo municipal, como se este Parlamento não tivesse os seus próprios mandatos, como se este Parlamento não tivesse sido eleito na mesma eleição do prefeito. Eu vi aqui mandatos de aluguel, que não votam com as suas comunidades; votam unicamente pelos seus interesses partidários, que não correspondem imediatamente à falta de políticas públicas reais para o povo – o povo que passa fome, o povo desempregado, o povo que não tem acesso aos mínimos direitos, o povo sem direitos humanos, esse é o povo de Porto Alegre. Um orçamento enorme e um investimento baixo em RH, um calote no funcionalismo que dura cinco anos, devem quase 30% na massa salarial das servidoras e dos servidores. E o que eles fazem no dia de ontem? Retiram mais 14% dessas aposentadas, desses pensionistas – 14 mil pessoas. São 14 mil pessoas vilipendiadas nesta capital, 14 mil famílias que perdem mais um pouco da sua massa salarial. E eles fingem que não é com eles; eles fazem dos ouvidos uma surdez que nos incomoda, que nos indigna e que também indigna os seus eleitores, porque esses apostavam na boa política na eleição. E vem aqui o aluguel de mandatos.

Eu vi, neste semestre, péssimos exemplos da velha política se repetindo em Porto Alegre. Enquanto os servidores públicos sofrem para manter as estruturas em pé, o prefeito lhes nega o mínimo direito à dignidade de quem constrói esta cidade há muito tempo e não é reconhecido. O discurso festivo de alguns pode até durar, mas ele não vai se perpetuar para sempre, porque ao povo pertence o poder e é por ele que nós vamos continuar lutando no próximo semestre, para restabelecer sempre a verdade e que os direitos conquistados sejam respeitados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde vereadores e vereadoras. Gostaria, hoje, de comentar a nossa votação de ontem nesta Casa em que o nosso projeto, voltado para a vacinação de agentes da segurança pública, servidores públicos, colegas da Guarda Municipal, professores e professoras, foi derrotado pelo simples motivo de ter sido proposto pela oposição, por vereador do Partido dos Trabalhadores. Eu vou enumerar aqui aqueles que votaram contra os agentes da segurança pública, agentes da saúde, contra os policiais. E falo isso porque são os mesmos que, em período eleitoral, sempre se apresentam como amigos da polícia. Então quem votou contra os agentes da segurança pública: Nádia, do DEM; Bobadra, do PSL; Lourdes, do MDB; Alvoni Medina, do Republicanos; Cassiá Carpes, do Partido Progressista; Claudio Janta, do Solidariedade; Felipe Camozzato, do NOVO; Fernanda Barth, do PRTB; José Freitas, do Republicanos; Mauro Pinheiro, do PL; Pablo Melo, do MDB; Ramiro Rosário, do PSDB; Conselheiro Marcelo, do PSDB; Gilson Padeiro, do PSDB; Giovane Byl, do PTB; Hamilton Sossmeier, do PTB; Idenir Cecchim, do MDB; e tivemos ainda duas abstenções, que foi a Mari, do NOVO, e o Jessé, do Cidadania. Então, colegas da segurança pública, principalmente quando vierem pedir o seu voto no ano que vem, lembrem-se do que acontece nesta Casa, lembrem-se que esta bancada votou contra os guardas municipais, contra os servidores públicos, contra a saúde dos servidores públicos, principalmente da área da segurança pública, e, Nádia, aqui a senhora não é comandante, não comanda nada, nem comandava nada quando saiu da Brigada. Não comandava! Aliás, seus colegas querem deixar um abraço ao seu marido que é coronel e passou na frente de seis turmas de oficiais. Eu não dou aparte.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Que bom! Maravilha! Quero dizer o seguinte: a senhora use nos espaços adequados o seu título, ou vá no cartório e mude seu nome. Aqui, a senhora não comanda, aqui é um espaço democrático não militarizado, isso é importante. Ninguém aqui cala a voz de ninguém, e a senhora tem que ter responsabilidade com os seus colegas e não votar contra a vacinação, sendo que é um projeto da senhora. A senhora travou o projeto porque a senhora queria ser protagonista, quando viu que não poderia ser, a senhora travou o projeto, atrapalhou o projeto. O Bobadra inclusive, junto, o Bobadra também viu que não seria o protagonista e preferiu ver os colegas morrendo para esse projeto não ser aprovado a tempo. E depois, quando era para ser aprovado, derrubaram o projeto por que não era deles. Viraram as costas para Guarda Municipal, viraram as costas para a Brigada Militar, viraram as costas para a Polícia Civil, para a Susepe, para os agentes. É importante que a gente mais uma vez refira quem está ao lado da segurança pública, quais são os partidos. Chega de mentira, chega de chegar em período eleitoral e dizer que defende a

segurança, e depois querer que eles morram. É o tempo inteiro essa mentira! É isso! Eu estou exaltado, Ramiro, porque perdi colegas que poderiam ter sido vacinados porque quiseram agora fazer politicagem, algo que a gente poderia ter votado há três meses. Vocês acham que é piada? Vocês acham que estou aqui brincando? É isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora Comandante Nádia pede uma questão de ordem.

Vereadora Comandante Nádia (MDB): Com certeza. Presidente, gostaria que o senhor restabelecesse a ordem dentro deste plenário porque ontem eu dei um recado muito claro a respeito do Regimento, que por meio do artigo – aliás vou procurar o artigo ali, depois eu lhe passo o artigo direitinho – o vereador deve se referir a outro vereador pelo nome político que ele tem, e o Ver. Radde teima ainda em me chamar de Nádia, e eu sou vereadora Comandante Nádia. Então gostaria que o senhor, nesta questão de ordem, restabelecesse, assim como posso começar a chamar o Ver. Leonel Radde de outra coisa, enfim, porque isso não cabe, isso é uma falta de educação. Aliás, quando a pessoa perde a razão, começa a gritar desta forma que o Ver. Leonel Radde está fazendo, saindo do campo político e entrando na parte familiar das pessoas. Aliás, desta forma este Parlamento não irá bem se o senhor não restabelecer a ordem. É o que solicito nesta questão de ordem, o restabelecimento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra solicita uma questão de ordem.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, como foi citado meu nome aqui, para restabelecer a verdade, eu acho que o Ver. Radde se enganou. Eu gostaria que o Ver. Radde citasse um policial penal, civil, brigadiano, guarda municipal que não tenha tomado a vacina. O Ver. Radde está enganando a população.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, vamos restabelecer a verdade aqui: nós não podemos subestimar a inteligência do ser humano por meio de subterfúgios e mecanismos nebulosos. O Ver. Radde está enganando as pessoas, está tentando enganar as pessoas. Como diz o poeta, o mais bobo aqui é vereador! Agora o Ver. Radde queria que votássemos um projeto que não tinha nexos nenhum. Meu colega vereador aqui me deu uma sugestão importante: me diga o nome de um brigadiano, de um policial civil, de um policial penal, de um bombeiro ou de um guarda municipal que não foi vacinado. Então o Ver. Leonel Radde, que defende as bandeiras do PT, do ex-presidente Lula; o

Ver. Leonel Radde, que defende a flexibilização do uso de drogas; o Ver. Leonel Radde, que é policial civil, mas vai de encontro a todo o nosso pensamento de direita, o pensamento legalista, e contra os princípios da administração pública. O Ver. Leonel Radde está tentando enganar a população de Porto Alegre e os colegas da segurança pública, está querendo se beneficiar da torpeza, da dificuldade, da dor. Não concordo com isso.

Nesta madrugada pegou fogo no prédio da Secretaria de Segurança Pública, foram anos de trabalho perdido, milhões ou talvez bilhões de prejuízos para o governo do Estado do Rio Grande do Sul, para nós, para os 15 milhões de gaúchos, e aí o Ver. Leonel Radde não foi razoável, não foi sensível, não foi inteligente quando trouxe aqui a questão da vacina. Eu não vou dizer que ele faltou com a verdade, mas ele se enganou: não existe nenhum policial civil no Estado que não tomou vacina, nenhum brigadiano, nenhum policial penal, nenhum quadro municipal, todo mundo tomou vacina! Então, porque nós vamos aprovar um projeto sem nexos nenhum? Seria a mesma coisa que se aprovar um projeto de lei dizendo: "todo mundo vai poder respirar". Uma coisa que não existe, fica até chato. O meu pessoal me cobrou pelas redes sociais, me elogiaram, inclusive: "Parabéns, Bobadra, pela tua razoabilidade, de realmente pensar em coisas que vão ao encontro de quem mora em Porto Alegre, dos gaúchos, ou de quem realmente trabalha na segurança pública". Então desafio aqui, quero que o colega utilize questão de ordem e me traga o nome de um policial que não tomou vacina aqui em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, no início da sessão, o Ver. Bobadra utilizou a tribuna e utilizou de novo. Quero saber em que tempo ele utilizou porque a liderança de partido é uma vez só na sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador, esclareço a V. Exa. que hoje, por ser quinta-feira, nós temos seis vereadores no grupo de comunicações e mais seis inscritos em Comunicações. O Ver. Bobadra se inscreveu em Comunicações. O senhor falou em liderança e Comunicações e ele também falou em liderança e Comunicações.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores, gostaria de trazer aqui para debate, já que o tema está sendo oportuno sobre o machismo, e por vezes há banalização do termo machismo e dos atos de machismo. Eu gostaria de trazer a situação relevante que aconteceu nesta Casa aqui:

em rede social, um colega parlamentar veio me colocar e me citar crime, me chamando de assaltante. Por vezes a relatora na Mesa Diretora era uma mulher que está aqui reclamando sobre uma situação de machismo e diante de uma palavra que ela considerou inapropriada. Mas o inapropriado, colegas vereadores, é chamar o outro colega de assaltante e apropriar crime perante o seu colega. Diante desta situação, eu não relevei como fato de machismo, eu coloquei como conduta imprópria para qualquer vereador diante de qualquer vereadora. Por isso gostaria de começarmos a pautar o debate entre nós não em cima de pautas identitárias, ideológicas, e sim no respeito, como gostaríamos que qualquer parlamentar agisse diante de outro parlamentar.

Agradeço a oportunidade e gostaria de reforçar que estamos tendo uma situação igual a que está acontecendo tramitando nesta Casa, na Mesa Diretora, com relação à pedirem que em caso de eu entrar numa escola, eu, mulher vereadora que tenho a liberdade de entrar em qualquer departamento deste Município, era para me darem voz de prisão. É isso que acontece, e isso eu não incito na questão de machismo, coloco na conduta inapropriada de vereador diante de outro vereador, de mandatário diante de outro mandatário, e de pessoa diante de outra pessoa. Por isso, não vamos relativizar pautas identitárias e ideológicas e vamos tratar como pessoas, indivíduos iguais todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis solicita uma questão de ordem.

Vereador Jonas Reis (PT): Acho que os discursos “blasonantes e potoqueiros” nesta Casa deveriam ser proibidos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quem nos assiste aqui, toda assessoria, quem nos assiste pelo YouTube, pela TVCâmara, quero saudar aqui a presença do secretário de governança, Cassio Trogildo. Presidente, eu quero fazer aqui uma retrospectiva desses meus primeiros seis meses aqui na Casa. E, apesar de discursos acalorados, de nós termos muitos embates aqui, eu, nesse período de seis meses, consegui ver que existem pautas que nos dividem, mas também existem pautas que nos unem. Se, nos meus quatro anos de mandato, eu tiver conseguido aprovar somente um projeto, eu vou me orgulhar. Eu consegui fazer isso, junto com outros quinze vereadores, onde aprovamos o PLL n.º 139/21, para dar a garantia de manutenção do repasse para as entidades conveniadas com a Prefeitura. E, naquele momento, em meio a divergências aqui, eu vi, eu presenciei que existem ainda pautas que nos unem. E a pauta da criança e do adolescente uniu, convergiu a Câmara de

Vereadores e conseguimos aprovar o PLL n.º 139/21 por unanimidade aqui na Casa. Isso me deixa otimista, isso faz com que eu consiga vislumbrar um horizonte em que existem pautas, sim, que para a cidade, rompem dogmas, paradigmas, enfim.

Também quero dizer que nós temos muitos desafios na nossa cidade, eu acredito que é nos momentos de crise que surgem os líderes, e é nos momentos de crise que também a gente identifica quem não é líder. E hoje a gente olha para a nossa cidade e vê que nós temos um líder à frente da nossa cidade, que é o Prefeito Sebastião Melo, que hoje coloca Porto Alegre no patamar da capital onde mais pessoas foram vacinadas. Então, a gente vê, notoriamente que, sim, a cidade tem um líder, temos desafios, mas nós temos sobriedade, maturidade, coragem para estar enfrentando esses desafios. Sou um vereador da base, mas eu tenho algo muito forte junto comigo, que amigo também fala a verdade. Amigo é o cara que chega e também aponta os erros, então, esperem de mim ser parceiro quando for para ser parceiro; mas quando tiver que abrir os olhos, nós também vamos abrir os olhos. E o nosso mandato é um mandato do barro, é da comunidade. Eu estou acostumado, já tenho até um bordão: "Um pé no Parlamento, e o outro pé no barro". A gente passa, semanalmente, visitando as demandas da comunidade que nos elegeu, que nos ajudou a chegar aqui, Ver. Gilson Padeiro, que também é um vereador lá do Extremo Sul, da base, pisa no barro; Ver. Marcelo, Ver. Mauro Pinheiro, e tantos outros que pisam no barro. Temos muitas coisas boas andando.

E eu quero aqui ressaltar algo que a gente enfrenta nas comunidades, que são os focos de lixo, e os lixos que entram para dentro dos arroios. Isso é um problema nas nossas comunidades, os focos de lixo, e nós temos o DMLU! A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos fazendo uma ação – e quero aqui enaltecer essa ação – que é o combate aos focos de lixo, com o plantio. Se tem alguma coisa que está dando certo, e muitas coisas estão dando certo, é o plantio da equipe do DMLU que vem acabando e promovendo conscientização ambiental nas comunidades. Então, ao Diretor do DMLU, ao secretário de Serviços Urbanos, que tem uma coisa que está funcionando bem, dentre todas! Mas essa ação de combate ao foco de lixo, secretário Ramiro, começou lá na sua gestão, aquela equipe com o Miguel e com o João Miguel, e isso vem fazendo a diferença. O Orçamento Participativo demanda isso; o cidadão comum, pelo 156, demanda isso; nós vereadores demandamos isso. Eu quero dizer que "em time que está ganhando, não se mexe". Eu ouvi o boato que vão acabar com essa equipe de plantio, isso me deixa muito... -- não sei se é verdade –, vou fazer inclusive um pedido de informação, para saber se isso é verdade, que vão acabar. Algo que está dando certo na cidade, dentre tantas outras coisas, que são difíceis de fazer dar certo. Aquilo que está dando certo, eu acredito que a gente não possa mexer.

Quero desejar a todos colegas vereadores, que nesse período de recesso, nós venhamos a renovar as nossas energias para esse desafio que é representar e tomar decisões que impactam 1,5 milhão de habitantes. Eu tenho visto que é um fardo pesado, é um fardo, mas nós nos habilitamos, Ver. Janta, e a gente tem fé, coragem e disposição para carregar esse fardo. Então, meu desejo aqui é que todos tenham um recesso abençoado, junto com suas famílias, se cuidem nas estradas, recarreguem as energias, porque a cidade de Porto Alegre conta com esta Casa, conta com os Sras. Vereadoras,

Srs. Vereadores, Que Deus nos abençoe, e abençoe a família de cada um de vocês. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra.

Vereadora Reginete Bispo (PT) (Requerimento): Presidente Márcio, eu queria fazer um requerimento. Na noite de ontem, foi votado o PLL n.º 158/21, que dispõe sobre as adaptações dos veículos de serviços e transporte público coletivo da nossa cidade, e adequação do atendimento aos passageiros com deficiência e mobilidade reduzida. Na minha opinião, e de quem produziu esse PLL n.º 158/21, ele é um projeto de extrema importância para a cidade, que apenas envolve Porto Alegre nas obrigações legais que competem a todo o País, no que diz respeito à universalidade da acessibilidade no transporte coletivo rodoviário. Além de aperfeiçoar as condições de proteção dos direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O projeto foi discutido na sessão de ontem, já no avançado da noite, num momento em que eu já não estava aqui no plenário. E o resultado foi 17 votos contrários e 15 favoráveis. Diante disso, com o registro de uma diferença menor que dois votos, entre aqueles contrários e favoráveis, invoco o art. 196 do Regimento Interno, para solicitar renovação de votação do referido projeto, à Mesa, ao Sr. Presidente e ao Diretor Legislativo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores que aqui se encontram, público que nos assiste; Ver.^a Bruna, te falava ontem, toda ação gera uma reação. Estou tentando aqui achar o menino, Ver. Leonel Radde, não estou achando, não gosto de falar pelas costas, gostaria que ele viesse ao plenário, porque aqui a gente fala olho no olho. Vim aqui exatamente para restabelecer a verdade, mentira é uma coisa tão feia e não faz parte do cabedal de conhecimento e de atitudes de um policial, seja ele civil ou militar. Moral, virtude, caráter, integralidade do ser e conduta tem que vir de berço. Quando não vem de berço, tem que ser aprendido, ou na Academia de Polícia Militar, ou na Academia de Polícia Civil, porque essa pessoa que entra para a polícia tem que bem atender as pessoas. Não pode falar mentira, tem que ter caráter, tem que ter hombridade, tem que chegar a esta tribuna e falar com seu adversário sem meter a família no meio, sem fazer xingamentos. Porque isso quem faz perde a razão, infelizmente, o Ver. Leonel Radde, que eu chamo pelo nome político, perde a razão mais uma vez. Lamentável, vereador, mas entendo que "ninguém chuta cachorro morto". Isso, para bom entendedor, meia palavra basta,

Ver. Janta. Mas eu quero restabelecer a verdade. Aqui nenhum dos vereadores votou contra a vacina para a Segurança Pública, nenhum vereador votou contra a Guarda Municipal, a EPTC, os brigadiano, a policial civil não ter a vacina.

O problema do Ver. Leonel Radde é que ele é muito novo e não aprendeu a fazer um projeto de lei. E aqui eu trago para os senhores que, desde o dia que ele protocolou o projeto de lei, no dia 26 de fevereiro de 2021, tiveram várias passagens, porque estava mal escrito. Em nenhum momento tem o meu nome ali, barrando esse projeto mal escrito, que tinha vícios da forma, como eu disse ontem, um projeto deve ter início, meio e fim. Não pode fazer um projeto de lei para Porto Alegre num pedaço de guardanapo. Tem que ser um projeto bem elaborado, mas entendo a dificuldade do Ver. Leonel Radde em fazer um projeto bem elaborado, bem articulado. E por isso demorou tanto o projeto dele para chegar aqui para ser votado. Porque teve que ser estudado, organizado e refeito muitas e muitas vezes. Quase que como arrumar a letra, naquele tempo em que se fazia caligrafia. Como ele é um menino ainda e que tem só 10 anos de polícia civil, por certo, ele vai aprender. Eu tenho 28 anos de Brigada Militar com muito orgulho, e trabalhei todo tempo na rua, junto à minha tropa e não tenho problema nenhum, sou muito bem-conceituada. Já não posso dizer o mesmo de alguns outros colegas.

Mas, ontem, nós votamos “não” ao projeto do Ver. Leonel Radde, porque ele chovia no molhado. Mais do que isso, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria da Saúde, já havia vacinado os policiais civis, os brigadianos, a Guarda Municipal, a EPTC. Aliás, eu não vi o Ver. Leonel Radde falar dos garis, que o Ver. Bobadra e eu fizemos um projeto de lei para os garis que, provavelmente, vereador, quando chegar aqui também não vai mais valer, porque eles já estão sendo, também, vacinados. E nós não podemos estar fazendo lei sobre coisas que já aconteceram. Ver. Leonel Radde, cresça e apareça, venha fazer o bom debate, eu gosto de pessoas inteligentes, mas está ficando difícil de debater com o senhor, porque está faltando. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. Mônica Leal pede **direito de resposta.**

VEREADOR MÔNICA LEAL (PP): A Ver. Mari Pimentel fez uma denúncia, colocou em cheque o meu relatório sobre uma representação contra o Ver. Jonas. Então eu aqui, senhores e senhoras, quero ler para todos o meu relatório. As expressões utilizadas...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica, eu a concedo, pode usar a tribuna.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): A Ver.^a Mari Pimentel, e peço que se consultem as notas taquigráficas, não fez menção nominal a nenhum vereador. Não sei do que se trata essa manifestação da Ver.^a Mônica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica o registro, vereador.

Vereadora Mônica Leal (PP): Falou, sim, Ver. Felipe Camozzato, falou na relatora.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não foi nominal, mas fez menção à relatora.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu sou a relatora da representação contra o vereador.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 94, § 1º, al. f, do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Então vou ler aqui (Lê.): “As expressões utilizadas pelo Vereador Denunciado têm que ser analisadas dentro do contexto político, sobre o tema debatido pelos Vereadores. No caso em tela, tendo o Denunciado dito que a Câmara tem a representante para assaltar os trabalhadores, não quer dizer que a Vereadora é a representante da Câmara para assaltar os trabalhadores, mas sim, quiçá, tolher os direitos dos mesmos em relação as gratificações salariais. Nesta toada, não ocorreu a prática de infração ética disciplinar por parte do Denunciado. Com relação ao Boletim de Ocorrência citado na inicial, as questões criminais serão apreciadas na justiça competente”. Está aqui o meu relatório, para quem quiser ver, diferente do que aconteceu com a acusação do Ver. Camozzato, porque chamar uma vereadora de histérica é quebra de decoro parlamentar, sem falar que constitui injúria e difamação. Isso já está analisado pela parte jurídica. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Camozzato.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, eu quero que a Mônica seja relatora do meu processo, porque vai usar justamente do argumento dela de...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Isso não é questão de ordem, vereador.

Encerrado o período de Comunicações.

O período de Grande Expediente ficou para o retorno do recesso, por sugestão do Ver. Claudio Janta. Em votação o requerimento de adiamento do Grande Expediente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0643/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/21, que altera a Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. **(SEI 118.00194/2021-50)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely – é o nome do Presidente, Ver.^a Reginete; a vereadora volta e meia troca o nome, Márcio Bins Ely, esse é o nome. Quero dizer para vocês que não vou levar dez minutos aqui falando sobre Pauta Especial, vou usar bem menos do meu tempo para que a gente possa ingressar na Ordem do Dia, para poder votar os projetos tão importantes, e que são só dos vereadores, não tem nenhum projeto do governo. Acredito que todos os vereadores queiram limpar essa pauta, iniciar um novo ciclo, no segundo semestre, com a pauta limpa, para a gente poder, efetivamente, iniciar com novos projetos. Inclusive tem vários projetos nossos que estão nas comissões ou, pior, muitos deles com a Procuradoria. Um dos motivos que eu venho aqui é também falar que esse projeto de lei do Executivo que fala de orçamento, fala exatamente sobre educação, orçamento para educação. As escolas abriram, mas precisa professor dentro da escola para que as crianças possam ir para lá; as escolas abriram...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento da oradora.)

Eu consultei, Ver.^a Comandante Nádia, o Presidente Márcio Bins Ely, e nós aceitamos a sua proposição de reduzir o tempo no período de discussão da Pauta Especial, de dez para cinco minutos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A senhora tem dez minutos regimentais, mas vou informar quando chegar em cinco.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Pode marcar só os cinco minutos. Quero dizer que é generoso e é simpático, do vereador que está na tribuna, quando um outro vereador quiser ir no microfone de apartes, liberar para o colega, isso faz parte da democracia e do bom convívio, e que os vereadores, sejam da oposição, da base ou independentes, que assim o quiserem fazer, sempre terão desta

vereadora essa gentileza, porque eu acho que assim que a gente constrói um bom Parlamento.

O Executivo apresenta um projeto de lei, já estamos na quarta sessão, cabendo mais uma sessão de pauta especial, para que a gente possa aprovar o orçamento e a despesa. Isso é que nós precisamos: conversar sobre o orçamento, de onde vem o dinheiro que entra na Prefeitura, porque a Prefeitura não trabalha, não gera emprego, a Prefeitura não gera renda, e essa renda vem exatamente dos empresários, dos trabalhadores, que, no ano passado, pelo fecha e abre, fecha e abre, por algumas decisões equivocadas, acabaram tendo suas empresas falidas, suas empresas fechadas, trabalhadores sem seus salários e até mesmo muitos com seus salários reduzidos. Aí que nós queremos chegar. O orçamento da Prefeitura de Porto Alegre diminuiu e, por óbvio, a despesa aumentou. Com a falta de trabalho, muitos trabalhadores estão precisando ter a mão amiga do Município – cesta básica, passagem para procurar novos empregos –, e nós, aqui do Parlamento, temos que ter o pé no chão, saber que orçamento e despesa devem casar, não pode haver uma irresponsabilidade fiscal por parte do Município em gastar mais do que entra. Eu tenho certeza que os vereadores, pelo menos a grande maioria, entende de matemática, e matemática é: um mais um, não tem como virar cinco ou seis, são dois. Então peço que esse projeto de lei do orçamento, que fixa a receita e a despesa, seja bem compreendido por todos, e que a gente possa votar com maior tranquilidade e transparência. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Márcio Bins Ely, caros colegas; 10 minutos, pelo Regimento, em Pauta Especial, é isso?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Podem se inscrever quantos vereadores?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Podem se inscrever quantos quiserem, vereador, mas falarão cinco.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Podem falar cinco, então, 10 minutos para cada, são 50 minutos em Pauta Especial, pelo Regimento. A que horas iniciou essa sessão?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Às 14h15min, vereador.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Que horas são, Presidente?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): São 16h42min.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Vejam o tempo que se perde nesta Casa! Está mais do que na hora de reformar esse Regimento. Por isso que a gente passa seis meses aqui falando, falando, falando, é muito chá-chá-chá para pouco ché-ché-ché, aí, nas duas últimas sessões do ano querem voltar tudo; tem que fazer sessão extraordinária, porque esta Casa não cumpre, ao longo de seis meses, o que tem que cumprir, que é entregar resultado para o cidadão, que é votar, é parar com picuinha, com mimimi.

Presidente, não sei quantos minutos eu utilizei, mas quero reforçar o trabalho que está sendo feito para pela nossa Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, já há duas gestões, e que o agora presidente Felipe Camozzato está concluindo, esse, sim, um importante legado para a cidade: a revisão do nosso Regimento, para que esta Casa pare um pouco de ocupar o tempo do contribuinte em discursos vazios, apenas para uma claque, apenas para fazer um vídeo, e entregue mais resultados na vida do cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que o período de Pauta é destinado para a discussão dos projetos que estão em Pauta, vereador.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos; queria falar sobre alguns problemas inerentes à questão do PPA, inclusive algumas diretrizes que nós estamos tirando na COSMAM com relação a como intervir de maneira assertiva e trazer contribuições. Uma é a questão do aumento do valor que é repassado para as unidades de triagem da cidade, conveniadas com o Município, que têm um orçamento de cerca cinco a seis mil reais, e não conseguem pagar nem as suas despesas correntes. Isso foi trazido também pelo Ver. Oliboni e pela Ver.^a Cláudia e, obviamente, conforme foi construído na COSMAM, isso precisa ser ampliado, a gente vai fazer uma emenda conjunta da Comissão, de todos os vereadores, para conseguir incluir.

Quero aproveitar, Presidente, que esteve presente aqui às 10h, e dizer que nós fizemos uma audiência pública sobre a Barragem da Lomba do Sabão, que é na divisa com o município de Viamão, muitas pessoas não sabem a dimensão do espelho d'água, pode ser observado inclusive no meu YouTube, num voo de paramotor que eu tive oportunidade de fazer: são 75 hectares de água que cobrem aquele espelho e que, caso aconteça algum tipo de acidente, essa água toda vai escorrer ali pelo arroio Dilúvio, chegando até o Centro, o que pode trazer uma tragédia tanto na questão humanitária quanto na questão econômica. A nossa audiência pública hoje foi marcada há alguns meses, e a sua intenção era ver como estava o andamento da manutenção no

maciço da barragem, que tem por objetivo garantir a segurança daquele local, que, por conta de algumas alegações, pode estar com risco de desabamento. Preocupado com esse problema, o prefeito Sebastião Melo, ainda em maio, se não me engano, acabou solicitando uma audiência que contou com a presença da COSMAM, contou com a presença do Ministério Público Ambiental, contou com a presença do vice-prefeito do município de Viamão, porque hoje, infelizmente, temos um problema de gestão daquele local. O que acontece? O DMAE, que é o proprietário daquela barragem, não utiliza mais a barragem para a sua finalidade, que é reservar água limpa para tratamento e abastecimento da Zona Leste de Porto Alegre. Entretanto, quando ela foi construída há 60 anos, foi feita toda uma alteração naquele meio ambiente, naquele contexto que hoje, como não está sendo utilizado, representa um custo para o DMAE. Por que o DMAE comprou aquele território? Por que, embora fosse do DMAE, a estrutura, a área alagada pertence ao município de Viamão. Então, nós temos um problema de territorialidade ali. O território pertence ao município de Viamão, uma empresa pública pertencente ao município de Porto Alegre, que tinha a finalidade de captar água para o abastecimento de Porto Alegre, que agora perdeu a finalidade. E, ao longo dos anos, o contexto da região acabou se adequando ao novo paradigma mental, e hoje, infelizmente, é muito complicado a gente retirar simplesmente a barragem porque já existe um ecossistema baseado naquela nova realidade. Por outro lado, existe o risco de colapso da barragem, e uma das discussões é justamente a questão do seu descomissionamento. Como isso depende de um projeto de grande monta, e a discussão sobre a manutenção ou descomissionamento de barragem ainda não está acertada pelo órgão técnico que é o IPH, que está dando assessoria para o município de Porto Alegre, o que ficou acertado a curto prazo é uma manutenção. Uma manutenção que garanta a segurança da barragem, inclusive nós tivemos a oportunidade de fazer reunião conjunta com a CUTHAB, da qual o presidente da Cassiá Carpes já também demonstrou preocupação com o pessoal que acaba morando no entorno da barragem. A questão é a seguinte: qual é o entrave que impede que seja iniciado o processo de manutenção da barragem? Ficou muito claro aqui nesta tribuna, a representante da SMAMUS e o diretor-presidente do DMAE, um olha para o outro e diz que não anda porque o outro não conseguiu fazer entrega necessária para sua intervenção. O que está acontecendo? Como foi dito pelo prefeito, o DMAE é o primo rico da Prefeitura, é o órgão municipal que tem dinheiro para fazer as intervenções no que se refere a abordagem da questão da água no Município, e a barragem pertence ao DMAE. Então, embora seja pertencente ao DMAE, pertencente ao Município, quem tem responsabilidade por aquilo, é o DMAE. Ficou acertado que o DMAE tem o compromisso de fazer a manutenção do maciço da barragem com a supressão das árvores da região, onde é feito o represamento da água. E o presidente do DMAE falou aqui que solicitou a licença ambiental para a Prefeitura, e a Prefeitura ainda não exarou a licença ambiental. Daí a assessora jurídica do DMAE veio a essa tribuna e falou que a licença ambiental já está pronta desde o dia 29 do mês passado. E qual é o contexto? Por que que não está indo autorizado para fazer intervenção? O argumento é que a Secretaria de Meio Ambiente pediu como compensação ambiental o pagamento de uma taxa de R\$ 1,200 milhão, e o impasse está na questão de que o

DMAE quer pagar a taxa de R\$ 1,200 milhão de título de compensação ambiental com os próprios serviços de intervenção no maciço da barragem. E a Secretaria de Meio Ambiente não quer autorizar isso porque infelizmente não é um procedimento usual, e o gestor, que é um concursado, tem medo de autorizar essa intervenção, abrindo mão do recurso em favor da manutenção. Mas isso não tem amparo legal na legislação municipal e tem medo de ao apontar isso ser responsabilizado. Então, o impasse está posto, embora a culpada seja a Prefeitura de Porto Alegre, por meio dos órgãos e secretarias, existe esse impasse. Qual é a solução que nós vamos buscar a partir disso? Por meio do Ministério Público Ambiental, um TAC em que se autorize, ou o pagamento da compensação ambiental do jeito que está, ou a transformação do pagamento na própria intervenção. E só para trazer a público o que aconteceu na nossa audiência, é esse o impasse que nós temos no momento e esperamos que, a partir das próximas reuniões que nós tivemos com o Ministério Público intermediando diálogo entre DMAE e Secretaria de Meio Ambiente, nós possamos encontrar uma solução para esse problema que coloca em risco toda a região. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas respondendo ao requerimento da Ver.^a Reginete Bispo, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade declarou inconstitucional o artigo 196 do Regimento que tratava das renovações de votação. A data do julgamento foi 27/11 de 2019, por isso então não são mais cabíveis os pedidos de renovação de votação.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente, apenas elogiar a posição do Ramiro de corroborar com a manifestação. Então não usarei meu tempo, vou encerrar a manifestação aqui com 10 segundos e agradecer a atenção de todos, para que a gente possa avançar na sessão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Estamos em discussão sobre o Orçamento. Orçamento, uma palavra que muitas vezes, para os cidadãos, é temida, porque o orçamento do salário mínimo, por exemplo, não está dando para se alimentar, se vestir, garantir saúde, educação para a família, segurança, boa casa – não está dando. A Prefeitura abriu mão ontem de uma receita enorme, R\$ 3 bilhões; e a base do governo, os vereadores e vereadoras se associaram, abriram mão de receita para o Orçamento! E o pior de tudo: os mais ricos deixaram de pagar! Ontem foi aprovado aqui o prêmio sonegador Porto Alegre! Sonegue que o prefeito deixa. Isto foi aprovado

aqui. Fique devendo longos anos que o prefeito vai mandar um projeto de lei para a Câmara, e a sua base vai aprovar. Melo, o criador do prêmio sonegador; sonegadores de destaque. Até o Ronaldinho que esses tempos andava lá pelo Paraguai, recebeu um abono grande, potente nas suas contas, não vai precisar desembolsar. Será mesmo, que todas e todos aqui têm moral para discutir o Orçamento dessa cidade, quando abrem mão de R\$ 3 bilhões! E vão dizer, vão receber nos seus gabinetes as pessoas pedindo vaga para creche, educação infantil, não conseguem consultar no posto porque não tem dentista. Lá no Mário Quintana tem um posto que tinha dentista, com o IMESF, agora não tem mais. Seis meses, e o Melo, nem aí – grande Orçamento. Lá no posto Belém Novo, está faltando enfermeiro, chefe de equipe, faltam dois – Melo não colocou no Orçamento. No HPS está faltando técnicos de enfermagem de montão. A diretoria tem que engendrar; puxa daqui, puxa dali para cumprir os plantões. Que Orçamento é esse que o povo não está no Orçamento? O povo não está. O serviço público não está sendo garantido como deveria, o povo já pagou, mas daí em vez de receber o imposto, o imposto vai continuar na conta dos sonegadores. Esse é o Melo, esse é o Orçamento do Melo! É o Orçamento que faz faltar monitores em escolas municipais, é o Orçamento que faz existir até hoje um déficit de cinco mil vagas na educação infantil, cinco mil! Não são cinquenta, são cinco mil mães que não podem trabalhar porque o prefeito decidiu que elas não têm que estar no Orçamento; tem que estar no Orçamento quem? Os grandes contratos! Eu acho bonita a orla, vou dizer para vocês, eu acho bonita, acho que ela é uma conquista. Mas eu queria ver também a orla do Belém Novo, a orla do Lami, a orla de Ipanema, revitalizada! A zona Central importa? Importa muito. O problema é que estamos há décadas inteiras privilegiando quem já tem. Estão trocando asfalto da zona nobre da capital! E vai nos becos e vielas do Lami, a água entra dentro de casa, Ver.^a Bruna, não tem saneamento. E estão trocando asfalto onde já tinha asfalto. É a inversão de valores! É o Orçamento para os privilegiados! Procure uma escola de educação infantil na Ponta Grossa, não vai achar. Na Ponta Grossa não tem. Agora procura, aqui na zona central, tem jardim de praça para todo o canto, cheio de jardim de praça, cheio de educação infantil.

Quando se discute Orçamento, povo, se discute vocês. Qual o lugar de vocês. Qual o lugar de vocês, lá na mesa do prefeito? Nenhum, nenhum, porque o prefeito não faz o Orçamento Participativo. Se fizer, vai ver o que é, a necessidade do povo. Eu fico bastante indignado, porque o prefeito poderia fazer melhor. Ele está aqui morando há muito tempo em Porto Alegre; ele conhece, ele sabe, ele sabe que as obras que o PT fez, por exemplo, na década de 90, principalmente, pavimentação, saneamento em várias comunidades populares via Orçamento Participativo, agora precisam de revitalização, porque o tempo passa, Ver. Oliboni, e as redes de esgoto precisam ser refeitas. E não, o prefeito está aí, querendo discutir a venda do DMAE. Transporte público, como é que está o transporte público? Para o prefeito a solução é vender a Carris, que salvou; graças a Carris e o orçamento público, salvou o transporte na pandemia – e o prefeito quer vender a Carris. Imaginem, só nas mãos dos privados, desses abutres, o que vai ser de nós? Não teremos; vamos voltar às charretes. É isso que vai acontecer. Já meio que está assim, porque os ônibus, só falta empurrar. Eu

sinceramente, quando se fala em orçamento, não adianta fazer o discurso vazio, tem que falar da realidade da população. Tem posto de saúde que não vacinou esse ano, Ver. Oliboni, contra a Influenza, não vacinou, não foram todos. Então, não houve a descentralização, inclusive, das campanhas de vacinação que tinha, e estão passando sabe quanto para os hospitais privados que entraram no lugar do IMESF? Dezesete milhões, escandalosos! É essa a destruição do IMESF, e não trouxe mais saúde, trouxe menos saúde. Eu quero que expliquem o que aconteceu na UBS Guarujá. O que aconteceu na UBS Guarujá? A polícia foi para lá, a polícia esteve lá. Demitiram cinco servidores da terceirizada, por quê? Eu quero explicação! Cinco servidores envolvidos na vacinação. Quem vai explicar? Eu vou fazer aqui um pedido de visita do secretário da saúde a esta Casa no segundo semestre, porque vai ter que explicar. É dinheiro público, é dinheiro público nessas unidades de saúde.

E quero encerrar aqui a minha fala, dizendo de uma política que precisa fundamentalmente constar neste orçamento: é a política de educação ambiental. Ver.^a Nádia, outro dia, nós estivemos visitando, com a COSMAM, uma cooperativa de reciclagem e, falo aqui diretamente a você, Nádia, também ao Cecchim, porque acho que o DMLU precisa fazer, Ver. Cassiá, uma política de educação ambiental em Porto Alegre. Muita gente não está separando o lixo em casa. Eu acho que o DMLU tem que cumprir esse papel. As pessoas precisam separar o lixo, lixo hoje não existe mais – são resíduos recicláveis que geram renda, geram riqueza. Eu acho que a Prefeitura tem que cumprir este papel de catapultar, que o povo possa entender a importância de separar. Hoje em dia, tudo que se produz de resíduos vai virar dinheiro. E muita gente está desempregada, pode ser um grande caminho. Por isso, quero aqui indicar que o DMLU possa voltar com a sua política de educação ambiental, inclusive, fazendo propagandas públicas. Isso vai ser fundamental para que a gente, inclusive essas pessoas, possam entrar também no orçamento. O orçamento público também tem que servir para todos os setores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que, quando completaram cinco minutos, eu avisei o vereador, mas o tempo regimental é de dez minutos. A sugestão do Ver. Oliboni foi de cinco minutos, mas a sugestão não foi acolhida pelo orador.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, subo a esta tribuna para falar sobre um assunto que veio à tona hoje e faz parte do nosso dia a dia que é sobre a mulher. A Ver.^a Mônica comentou sobre as mulheres, sobre como elas são tratadas e o que ela passou nesta Casa. A Ver.^a Mari Pimentel também comentou sobre o assunto, e nós não podemos ser omissos. Há tantas coisas que estão acontecendo no nosso País todos os dias com

relação às mulheres. Hoje, nós tivemos a informação de que o DJ Ivis, de quem todos devem ter ouvido falar, que foi filmado agredindo sua esposa, uma pessoa famosa, então, veio à tona ele apareceu agredindo uma mulher. E essa mulher teve coragem, porque a grande maioria das mulheres, infelizmente, ou pela dependência financeira ou pelo medo, elas acabam se omitindo e passando uma vida inteira apanhando, respondendo da forma que seus maridos e agressores assim o desejam. Esse passou a noite numa cela, e eu espero sinceramente que, além de ter sido demitido, o que já aconteceu, ele realmente responda e seja punido pelos seus atos, porque, assim como esse DJ, muitos outros maridos hoje, neste momento, companheiros, estão agredindo as suas mulheres, e elas estão caladas por medo.

Agora, no retorno do recesso, eu assumirei como Procuradora da Mulher desta Casa, por seis meses, que foi um acordo que fizemos, em que a minha vice será a Ver.^a Daiana, e nós vamos trabalhar juntas para que nós possamos, da melhor maneira, inibir esse tipo de ato contra as mulheres nesta Casa Legislativa e em todos os lugares em que seja necessário e onde agridam uma mulher. Só para trazer como esclarecimento também, foi aprovado ontem no Senado um projeto que estabelece uma cota proporcional para as mulheres em eleições – um percentual das cadeiras será destinado às mulheres; isso é do senador Angelo Coronel, do PSD da Bahia. É um PL, que será agora encaminhado para a Câmara dos Deputados, e o senador afirma: "Estamos comprometidos em aprovar leis que promovam a participação política feminina." Isso não é um favor que eles estão fazendo para nós; isso, sim, é um direito adquirido por meritocracia, por nós, mulheres, que fazemos um papel político, um papel de mãe, um papel de esposa, um papel de tudo aquilo que nós quisermos ser, porque nós temos capacidade e direito de sermos tudo aquilo que desejarmos ser. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não mais havendo a tratar, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a 014^a Sessão Extraordinária a ser realizada logo a seguir.

(Encerra-se a sessão às 17h17min.)

* * * * *